

ATA DA NONAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 27-9-2021.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza e Ramalho Santos. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 344/21 (Processo nº 0825/21), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Lei do Legislativo nº 259/21 (Processo nº 0647/21), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 299/21 (Processo nº 0727/21), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Lei do Legislativo nº 283/21 (Processo nº 0691/21), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Lei do Legislativo nº 313/21 (Processo nº 0758/21), de autoria de Mônica Leal. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 2287 e 2288/21, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/21 e o Projeto de Lei do Executivo nº 033/21 (Processos nºs 0931 e 0932/21, respectivamente). Ainda, foi aprovado requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia vinte e sete de setembro ao dia primeiro de outubro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Ramalho Santos, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, informando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima e Sandro Marcelo Besson em assumirem a vereança do dia vinte e sete de setembro do corrente ao dia primeiro de outubro do corrente. Foi apregoado o Processo SEI nº 215.00108/2021-92, por meio do qual é autorizada representação externa de Psicóloga Tanise Sabino, no dia vinte e dois de setembro do corrente, na solenidade de sanção de lei estadual que dispõe sobre o atendimento dos pedidos de serviços extrajudiciais por meio de centrais e plataformas de serviços eletrônicos no Estado do Rio Grande do Sul, no Palácio Piratini, em Porto Alegre. Foram aprovados requerimentos verbais formulados por Pedro Ruas e Alexandre Bobadra, solicitando alterações na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em continuidade, por solicitação de Pedro Ruas e Mônica Leal, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Marília Pinheiro Machado Buchabqui e a Helena

Conti Raya Ibañez. Após, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear o Grupo de Ações Especiais da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Requerimento nº 191/21 (Processo nº 0628/21), de autoria de Alexandre Bobadra. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Alexandre Bobadra, como proponente, Comandante Nádia, Mônica Leal, Leonel Radde e Aírto Ferronato. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Juliano Manoel Moro, diretor do Grupo de Ações Especiais da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, que pronunciou-se acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e sete minutos às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Comandante Nádia e Alvoní Medina. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Anderson da Conceição Farias, da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre, que se pronunciou acerca dos principais desafios dos estudantes após a pandemia de SARS-CoV2. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Pedro Ruas, Laura Sito, Matheus Gomes, Mônica Leal, Daiana Santos e Giovane Byl manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e oito minutos às quinze horas e quarenta e dois minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Bruna Rodrigues, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas. Após, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, e concedeu-lhe a palavra, a fim de se pronunciar acerca de iniciativas desenvolvidas pelo Executivo Municipal. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e dezoito minutos às dezesseis horas e vinte e um minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Ramalho Santos e Comandante Nádia. Às dezesseis horas e cinquenta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando o adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei do Legislativo nº 078/18 (Processo nº 0841/18). Foi aprovado requerimento verbal formulado por Giovane Byl, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por VINTE E TRÊS VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Jonas Reis, Roberto Robaina, Matheus Gomes, Lourdes Sprenger, Bruna Rodrigues e Idenir Cecchim, tendo votado sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramalho Santos e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Roberto Robaina, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/21 (Processo nº 0573/21), e foi apregoado

requerimento de autoria de Roberto Robaina, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foram apregoados os Ofícios nºs 2345, 2346 e 2347/21, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei do Executivo nºs 034 e 035/21 e o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/21 (Processos nºs 0941, 0942 e 0943/21, respectivamente). Foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Cláudia Araújo, ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/21 (Processo nº 0577/21). Foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 015/21 (Processo nº 0692/21): nº 17, assinada por Jessé Sangalli; nº 18, assinada por Felipe Camozzato; nº 19, assinada por Airto Ferronato; nºs 20 e 22, assinadas por Pedro Ruas; nº 21, assinada por Kaká D'Ávila. Foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 015/21: de autoria de Cláudia Araújo, para a Emenda nº 11; de autoria de Jessé Sangalli, para a Emenda nº 17; de autoria de Pedro Ruas, para as Emendas nºs 20 e 22. Foi apregoado requerimento de autoria de Pedro Ruas, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 20 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 015/21. Foram apregoadas as Emendas nºs 02 e 03, assinadas por Claudio Janta, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 012/16 (Processo nº 0184/16), e foi aprovado requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/21 (Processo nº 0573/21), após ser discutido por Pedro Ruas, Laura Sito, Bruna Rodrigues, Roberto Robaina, Matheus Gomes, Cassiá Carpes, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Comandante Nádia, Aldacir Oliboni e Jonas Reis. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando a prorrogação do prazo da presente sessão, nos termos regimentais. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E QUATRO VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Roberto Robaina, Karen Santos, Jonas Reis e Daiana Santos, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramalho Santos e Ramiro Rosário. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Idenir Cecchim. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/21, por VINTE VOTOS SIM e ONZE VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Laura Sito, Matheus Gomes e Bruna Rodrigues, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Psicóloga Tanise Sabino,

Ramalho Santos e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi apreçoado Ofício s/nº, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/21 (Processo nº 0944/21). Foi aprovado requerimento de autoria de José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 007/19 (Processo nº 0011/19). Em prosseguimento, Idenir Cecchim formulou requerimento verbal solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do dia. Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 110/20 (Processo nº 0282/20). Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 007/19 (Processo nº 0011/19). Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 007/19. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 007/19. Às vinte horas e seis minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Pedro Ruas, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim, Hamilton Sossmeier, Márcio Bins Ely, Comandante Nádia e Laura Sito. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e quatro Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Há quórum.

O Ver. Claudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 27 de setembro a 1º de outubro de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Claudio Janta, no período de 27 de setembro a 1º de outubro de 2021, e em razão da impossibilidade de os suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson assumirem a vereança, o suplente Ramalho Santos assumirá a vereança, que, inclusive, já procedeu a entrega à Mesa do seu diploma e de sua declaração pública de bens.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Ramalho Santos prestará a seguir.

SUPLENTE RAMALHO SANTOS (SD): “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro empossado o Ver. Ramalho Santos. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Ramalho Santos, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, diretor Luiz Afonso.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alexandre Bobadra. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Marília Pinheiro Machado Buchabqui, grande advogada, lutadora, esposa do nosso Jorge Buchabqui.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Helena Conti Raya Ibañez, advogada, importante figura no mundo jurídico da OAB.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado à homenagem ao Grupo de Ações Especiais da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul – GAES, nos termos do Req. nº 191/21, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra – Proc. nº 0628/21 (SEI 222.00096/2021-99).

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Juliano Manoel Moro, Diretor do Grupo de Ações Especiais da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul – GAES; Clélio Miller, representante do Senhor José Giovane Rodrigues de Souza, Superintendente da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe; Patrícia Picolotto, Delegada da 10ª Delegacia Penitenciária Regional; Saulo Felipe Bastos dos Santos, Diretor do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul – Amapergs Sindicato; Eberson Trindade Rodrigues, Diretor da Academia de Polícia Penal. Registro também a presença, nesta solenidade, do Sr. Paulo Artur de Oliveira Antunes, Diretor Estadual da UNBC, e do Sr. Jorge Rangel, Diretor Social da Conexis e demais membros.

O Ver. Alexandre Bobadra, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Sr. Presidente, senhoras e senhores, boa tarde a todos. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Esta homenagem importante que nós estamos fazendo na tarde de hoje é para fazer justiça à Polícia Penal do Rio Grande do Sul – a Susepe, que agora é Polícia Penal. Uma luta de quase 20 anos de uma importante categoria da segurança pública do Brasil, em que, no dia 4 de dezembro de 2019, tornou-se Polícia Penal. Esta Casa tem vereadores que representam vários segmentos da sociedade, representam a Brigada Militar, a Polícia Civil e também a Polícia Penal. Esta justa homenagem aqui é para Polícia Penal em seu todo, mas pegamos, nesse dia de hoje, o Grupamento de Ações Especiais da Susepe – GAES, da Polícia Penal do Rio Grande do Sul. Esse grupamento fundado em 2010, em que um grupo de servidores, através de uma demanda de um superintendente da época, formaram um grupamento para que pudéssemos intervir nas casas prisionais, nas situações de alta complexidade. A própria Brigada Militar tem o seu GATE, que fica lá ao lado do Batalhão de Operações Especiais; a Polícia Civil também tem o seu grupamento de ações especiais; e agora a Polícia Penal do Rio Grande do Sul também tem o seu. É fato que não houve um concurso para se revelar qual o melhor grupamento do Brasil, mas falo por experiência própria que, se não for o melhor do Brasil, está entre os melhores. O Grupamento de Ações Especiais, fundado em 2010, traz servidores altamente qualificados que fizeram curso no Brasil e no exterior e, muitas vezes, pagam os seus cursos do próprio bolso, passam por uma seleção interna e ficam em regime de internato por 30 dias, passando pelas mais diversas situações de dificuldade. Na média de 100 servidores se inscreveram para o último concurso interno, e apenas nove

chegaram ao final. Muitos que estudam para concurso público almejam ingressar na Polícia Penal, e uma das primeiras coisas que pensam é entrar para o Grupo de Ações Especiais da Susepe. Fiquem sabendo que podem, sim, mas é muito difícil, eu mesmo não me atrevera sem passar por um uma longa preparação de uns dois anos. O Grupo de Ações Especiais da Susepe é responsável por treinamento para os grupos de intervenção rápida da Susepe, são 10 grupos de intervenção rápida, ficam cada um em cada Delegacia Regional Penitenciária. A Susepe é subordinada à Secretaria de Administração Penitenciária, o superintendente é policial penal, depois vem o diretor do Departamento de Execução Penal, o diretor da Academia de Polícia Penal, Corregedor-geral, Departamento de Execução Penal e o Departamento Administrativo. Subordinado ao Departamento de Execução Penal existem dez Delegacias Regionais Penitenciárias, hoje, 10ª Delegacia, responsável pela parte de Porto Alegre, representada aqui delegada Regional de Penitenciária Patrícia Picolotto. Da mesma forma, é importante ressaltar que são mais de 42 mil seres humanos que cumprem pena no Estado do Rio Grande do Sul, e a função da Polícia Penal, além de garantir o tratamento penal, a administração dos presídios e a tutela desses 42 mil presos é também garantir o sono de mais de 15 milhões de gaúchos. Agora é Polícia Penal, está incluída no rol do art.144 da Segurança Pública, Polícia Penal Estadual, Distrital e Federal. A importância do Grupo de Ações Especiais da Susepe para a segurança pública é fundamental, pois, além do concurso interno, são convidados os melhores quadros de servidores da segurança pública do Brasil, da Polícia Federal e até do exterior para fazer o curso aqui com o nosso Grupo de Ações Especiais. Quando fui diretor da Academia de Polícia Penal do Rio Grande do Sul, durante dois anos, recebemos uma placa do Depen de curso de referência nacional, nós utilizamos diversos instrutores do GAES que, por coincidência, estão entre os servidores dos melhores quadros, os mais bem preparados do sistema prisional gaúcho. Quero dizer para vocês que, ao longo dos meus mais de 22 anos serviço público, tenho orgulho de ter passado pelas fileiras do Exército Brasileiro, da Brigada Militar, ter sido aprovado na Polícia Civil, mas ter optado em ficar na Susepe, agora a Polícia Penal Rio Grande do Sul. Então muito obrigado, colegas vereadores, por terem votado por unanimidade a favor desta justa homenagem. Eu vejo vários colegas vereadores aqui que já foram deputados federais, deputados estaduais, sei que eu tenho minha corrente ideológica, cada um aqui tem a sua, mas eu quero dizer uma coisa importante para vocês: a Susepe não tem partido, a Polícia Penal não tem partido. Muito obrigado pelo carinho e espero que no decorrer dos próximos anos, a Polícia Penal do Rio Grande do Sul possa continuar contribuindo com a segurança dos mais de 15 milhões de gaúchos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Boa tarde, Presidente Idenir Cecchim; boa tarde aos colegas vereadores, em especial ao Ver. Alexandre Bobadra por

esta homenagem no dia de hoje ao nosso querido GAES, Grupo de Ações Especiais da Superintendência de Assuntos Penitenciários. Importante termos vocês aqui, importante homenagear aquelas pessoas que cuidam da segurança de todos nós porto-alegrenses. Foi muito feliz o Ver. Alexandre Bobadra nessa sua homenagem, estar aqui falando sobre os feitos, sobre história, sobre o que vocês fazem lá na Susepe. Independentemente de muitas pessoas que acreditam que não há necessidade dos agentes estarem lá, nós somos sabedores da importância dos senhores. Tem muita gente que acha que vocês apenas batem cadeado, e a gente sabe o quanto importante é cada agente que ali está, do mais moderno ou mais antigo, na condução da prisão ali de ficar cuidando dos apenados, mais do que isso fazendo com que aquilo que foi definido pelo juiz, no Judiciário, por todo o sistema judiciário, seja encerrado nesse momento em que a Susepe faz o seu trabalho. Sabemos que há necessidade de cada vez mais vocês serem valorizados, temos aí agora sendo tratados como polícia, que há muito tempo estávamos esperando por essa nomenclatura correta pelos serviços que vocês fazem ali na Susepe. Então, recebam o nosso abraço, a nossa homenagem, é Porto Alegre a partir dos trinta e seis vereadores dizendo, sim, vocês são muito importantes e que continuem cada vez mais fortes e qualificados, tendo a valorização necessária por parte da sociedade porto-alegrense e do Rio Grande do Sul. Parabéns! Vida longa ao GAES. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

Vereadora Mônica Leal (PP): Boa tarde, Presidente. Quero parabenizar o trabalho do Grupo de Ações Especiais da nossa Superintendência dos Serviços Penitenciários, a Susepe; falo em meu nome e em nome do Ver. Cassiá Carpes, a bancada do Partido Progressista, pois sabemos o quanto é importante que exista esse grupo especializado, treinado e de prontidão para situações que exigem ação específica e diferenciada: escoltas de alto risco, intervenções prisionais, gerenciamento de crise, negociações internas em situações de motim em rebelião estão entre as ações do GAES, realizadas com muita tática e conhecimento. Isso tudo exige comprometimento e qualificação profissional, por isso é importante sempre a sua valorização. Os cidadãos gaúchos agradecem a esses agentes que asseguram proteção com preparo especializado a uma área já tão complexa e delicada que é a área penal, que é o enfrentamento da criminalidade, fortalecendo a estrutura da segurança pública, beneficiando também os demais servidores, o sistema penitenciário como um todo e a sociedade. Muito obrigada em nome desta Ver.^a Mônica Leal e do Ver. Cassiá Carpes, bancada progressista.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra.

Vereador Leonel Radde (PT): Gostaria de parabenizar o GAES, os colegas da Susepe, de operador tático para operadores táticos, é uma honra nós estarmos aqui nessa irmandade. Sou formado também no Curso de Operações Táticas da Polícia Civil, e a gente sabe que a CORE e o GAES sempre estão trabalhando em conjunto e cada vez mais fortalecida essa nossa unidade, a nossa união. Parabéns por esta justa homenagem, e sempre que precisarem, saibam que têm diversos irmãos aqui nesta Casa. Muito obrigado e parabéns a todos de todas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Meu caro Presidente Idenir Cecchim; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores. Eu quero trazer um abraço aos nossos ilustres visitantes que estão conosco nesta sessão que homenageia a Susepe e seus servidores. Eu sou servidor da Fazenda do Estado e sei bastante bem, conheço bem a importância das nossas forças de segurança aqui no Rio Grande do Sul; venho trazer um abraço ao nosso Ver. Bobadra que propôs a homenagem, te cumprimentar, Bobadra, cumprimentar todos e parabéns aos nossos homenageados da tarde de hoje. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Sr. Juliano Manoel Moro, diretor do GAES, está com a palavra.

SR. JULIANO MANOEL MORO: Boa tarde a todos. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O Grupo de Ações Especiais foi criado em 2009 informalmente, após uma rebelião em Venâncio Aires, quando três agentes penitenciários foram custodiados, podemos dizer assim, pelo efetivo aproximadamente de 140 internos insatisfeitos com as novas condutas disciplinares que a casa prisional impunha aos mesmos. A partir daquele momento, viu-se a necessidade da criação de um grupo especializado para situações de crise no sistema prisional, até então contávamos com o apoio sempre da Brigada Militar, que sempre nos apoia em todos os momentos também. Mas a partir daquele momento, viu-se a necessidade de termos um grupo especializado da própria instituição. Em 2010, foi criado oficialmente o grupo, dando aporte ao Estado para essas situações de intervenção prisionais em situações de crise, motim e rebeliões. Em 2018, o grupo passa a ter outras demandas e uma fortificação da sua legislação através de um decreto estadual. A partir de então, em 2018, ficam estabelecidas como atribuições do grupo as intervenções prisionais em revistas gerais, motins, rebeliões com ou sem reféns, a negociação, o gerenciamento de crise nas unidades prisionais e as escoltas de presos de alto risco. Em 2018, essa normativa nos

trouxe esse aporte e mais uma ferramenta que o Estado possa utilizar na manutenção e no restabelecimento da ordem nas unidades prisionais do Estado. Atualmente o GAES executa em torno de 140 operações anuais, sendo em todo o território do Estado e em outras unidades federativas do Brasil, trabalha na retirada de prevenção e retirada de materiais ilícitos, bem como, quando necessário, o restabelecimento da ordem em situações de motins e rebeliões. O processo de ingresso ao grupo é somente através de processo interno onde o aluno passa por um intenso e rigoroso processo seletivo, inclusive com avaliação da vida pregressa, que o capacita atuar de forma técnica e tática nos mais complexos cenários do ambiente prisional. Gostaria de enfatizar à sociedade gaúcha que pode ter a certeza que o Estado dispõe de uma tropa altamente capacitada, academicamente técnica e taticamente dentro dos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência. Também não posso deixar de enfatizar a plena observância aos direitos humanos em suas ações. Apesar de nossas operações ficarem longe dos olhos do cidadão, pois ocorrem intramuros, na maioria das vezes, podem ter a certeza que estamos prontos e capacitados a operar em qualquer dia, qualquer hora, qualquer lugar para atendermos a necessidade do Estado e manter a ordem e a disciplina dos estabelecimentos prisionais com a máxima eficiência e eficácia do Estado.

Por fim, o nosso agradecimento pela presença de todos, em especial ao Ver. Alexandre, que possibilitou com que esta homenagem propiciasse à sociedade gaúcha conhecer um pouquinho mais o trabalho desenvolvido intramuros e as ferramentas que o Estado dispõe quando necessário for intervir com o uso da força nas unidades prisionais. Muito obrigado a todos e fiquem com Deus.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado ao diretor Juliano Manoel Moro. Ver. Bobadra, V. Exa. disse uma frase muito importante para todos nós: enquanto essa tropa está alerta, os milhões de gaúchos podem dormir tranquilos. Parabéns pela sua homenagem! Obrigado pela presença de todos. Estão suspensos os trabalhos para o registro fotográfico e as despedidas.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 14h57min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h59min: Estão reabertos os trabalhos. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Ver. Idenir Cecchim que preside os trabalhos na tarde de hoje. Importante o dia de hoje, 27 de setembro, Dia Nacional da Doação de Órgãos. Tivemos, no dia de ontem, uma

belíssima caminhada e reflexão em homenagem, um dia de caminhada por aqueles que precisam de doações de órgãos e que, infelizmente, não têm conseguido por conta da pandemia que tem feito com que a doação tenha ficado quase que nula, muitas vezes porque o doador acaba por esquecer de avisar a sua família, também muitas vezes porque não temos uma cultura de cuidar do próximo, porque falta esse esclarecimento com as pessoas de que a doação de órgãos salva vidas, é um ato de amor que deveria ser expandido pelas escolas, pelas universidades, explicando para as pessoas que uma pessoa doando órgãos e tecidos pode salvar oito pessoas, Vereador Oliboni. E nós, aqui na Câmara de Vereadores, que teremos logo em breve o *outdoor* falando exatamente disso, da doação de órgãos, temos como responsabilidade estarmos aqui à frente convencendo, falando, explicando que a doação de órgãos é algo muito importante. Concomitantemente, eu gostaria de parabenizar o prefeito Sebastião Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes pela belíssima solenidade que aconteceu ontem na Redenção, uma solenidade repleta de atividades culturais, repleta de muita felicidade pelo início dos festejos dos 250 anos da nossa Porto Alegre. Em março do ano que vem Porto Alegre completará 250 anos, e ontem foi o dia em que os porto-alegrenses puderam estar ali fazendo também o início das suas homenagens. Infelizmente, tivemos manifestações exatamente entre o palco e as cadeiras de quem estava na assistência, atrapalhando um pouco ali quem queria se apresentar, as autoridades e pessoas que queriam assistir aquele belíssimo espetáculo. Infelizmente, tivemos ali manifestações que não cabiam naquele momento ou que, se quisessem se manifestar, o fizessem na lateral. E é isso que eu venho falar aqui, que manifestações são sempre bem-vindas, mas desde que sejam com respeito, com educação, cuidando o espaço do outro para que esse não seja avançado. É isso que nós temos que cuidar, cada vez mais, na nossa Porto Alegre. Tem lugar para todo mundo, tem lugar para diversidade, tem lugar para jovem, para idoso, para pessoa com deficiência ou não, tem espaço para o branco, para o negro, para o amarelo, tem espaço para mulher, para o homem, para os LGBTs, tem espaço para todo mundo, basta que a gente tenha respeito às diversidades e às diferenças. Aliás, ter respeito com as diferenças é algo que a gente traz do berço, traz de dentro de casa. Pais e mães, quando ensinam os seus filhos o que é o respeito, o que é a resiliência, o que é se colocar no lugar do outro e mais do que isso, educação, que em nenhum outro lugar se aprende que não seja dentro de casa, aprendendo a dizer “bom dia”, aprendendo a dizer “muito obrigado”, “desculpe”, “com licença”, e “agora é a minha vez de falar”. Então fica aqui um recado de que os 250 anos de Porto Alegre serão uma excelente oportunidade para que a gente possa fazer uma bela reflexão de que cidade nós queremos, de que cidade nós continuamos construindo nesse meio em que tanta polarização existe, sem o respeito e sem educação. Muito obrigada, Presidente; obrigada, colegas.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras e público que nos assiste pela TVCâmara, setembro é o mês de várias causas de extrema relevância para a nossa sociedade. No dia 21 de setembro foi comemorado o Dia Nacional na Luta pelos Direitos da Pessoa com Deficiência, essa data foi criada com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância do desenvolvimento de meios de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. E também no dia 21 foi celebrado o Dia Mundial da Doença de Alzheimer, data em que se marca a necessidade de conscientização da sociedade sobre a importância da relevância do diagnóstico precoce e do cuidado ofertado, bem como do apoio e suporte aos familiares, porque, infelizmente, a família sofre com seus familiares com Alzheimer. E o dia 27 de setembro, hoje, celebramos o Dia Nacional da Doação de Órgãos, como a nossa Comandante Nádia falou, uma data que visa conscientizar a sociedade sobre a importância da doação de órgãos e também fazer com que as pessoas conversem com seus familiares e amigos sobre o transplante de órgãos e tecidos. Essas datas servem de alerta à população tanto para a prevenção e forma de tratamento das doenças quanto para abertura de debate sobre elas, informando e educando a sociedade e estimulando a troca de experiência e desenvolvimento de políticas públicas mais favoráveis para esses indivíduos. Seguimos na luta por uma sociedade mais inclusiva e solidária. Que Deus abençoe a todos. Um forte abraço muito especial.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre – UMESPA, que tratará de assunto relativo aos principais desafios dos estudantes pós-pandemia. O Sr. Anderson da Conceição Farias, representando a UMESPA, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. ANDERSON DA CONCEIÇÃO FARIAS: Boa tarde, senhoras e senhores vereadores, inicialmente eu gostaria de agradecer a presença de todos os estudantes, de quem nos assiste pela TVCâmara e de quem nos acompanha pelas redes sociais, também gostaria de agradecer à presidência da Casa pela liberação do espaço da Tribuna Popular. Eu me chamo Anderson Farias, sou morador do bairro Camaquã, sou estudante do 3º ano do ensino médio, na escola Ernesto Dornelles, no Centro de Porto Alegre, presido a UMESPA, entidade representativa dos estudantes de ensino infantil, fundamental, médio, técnico, profissionalizante e de cursos pré-vestibulares de Porto Alegre. Fundada em 1956, a entidade tem uma biografia em defesa da educação, da

democracia do Brasil e da defesa do direito dos estudantes. Nos últimos anos, organizamos diversas mobilizações em defesa do meio passe e da educação aqui em Porto Alegre. Inúmeras vezes ocupamos as galerias e visitamos gabinetes de vários parlamentares com o objetivo de fazer a defesa do meio passe estudantil em Porto Alegre. Também realizamos diversas atividades na nossa cidade junto com os grêmios estudantis, organizamos mostras de cinema com a exibição de filmes nacionais e universais, em parceria com a Cinemateca Paulo Amorim da Casa de Cultura Mario Quintana, organizamos debates com temas relevantes para a juventude nas escolas. Disponibilizamos aulas gratuitas de capoeira no Centro e na Zona Norte de Porto Alegre, organizamos o projeto Ler Para Ver Além, com o objetivo de incentivar a leitura, lançamos dois livros com mais de 10 mil exemplares cada um, com lançamentos na Feira do Livro de Porto Alegre. Também organizamos debates em várias escolas com os autores dos livros. Atualmente desenvolvemos um projeto voltado ao combate da pobreza menstrual, chamado Sobre Nós, tendo em vista que uma a cada quatro meninas já faltou à aula por falta de produtos de higiene, durante seu período menstrual. Porém, vereadores e vereadoras, o que nos motivou a fazer o pedido da Tribuna Popular, nesta Casa, é a tramitação de um projeto que propõe alterações na legislação que garante o meio passe estudantil em Porto Alegre. Os estudantes já vêm debatendo a realidade do transporte coletivo de Porto Alegre há vários anos, os vereadores sabem disso, pois diversas vezes ocupamos as galerias, visitamos parlamentares para defender o direito que existe há mais de 60 anos em nossa cidade. Recentemente, a Prefeitura apresentou o projeto que busca alterar a legislação do meio passe estudantil, e é sobre isso que gostaria de fazer algumas colocações para que a aprovação do projeto não prejudique o acesso à educação de milhares de estudantes em Porto Alegre, dessa forma, contribuindo para a evasão escolar. O projeto traz alguns avanços em relação à legislação atual, como a modalidade de passe livre para estudantes do ensino fundamental e a ampliação para 75% de desconto para estudantes do ensino médio e técnico, mas tem alguns problemas como a exclusão de estudantes da rede privada em Porto Alegre, que acreditamos que a situação já está quase resolvida, conforme temos conversado com os vereadores e vereadoras, parece que já existe um consenso em incluir esses estudantes. Seguindo o mesmo raciocínio, também procuramos os vereadores e as vereadoras buscando sensibilizá-los para a inclusão de estudantes do ensino profissionalizante, pré-vestibular e demais graduações, pois se a Prefeitura está exigindo renda, não há razão alguma para excluir uma modalidade de ensino. Tal medida afetaria, por exemplo, todos os estudantes do Sistema S - Sesi, Senai e Senac -, curso de mecânica, eletricitista e demais cursos profissionalizantes. Também acreditamos que os vereadores estão concordando com essa alteração. O projeto também coloca em risco a participação das entidades estudantis no processo de emissão do passe escolar. Essa é uma questão concreta que visa exclusivamente acabar com as entidades estudantis. Atualmente as entidades estudantis prestam serviço de excelência, são dezenas de grêmios estudantis, diretórios e centros acadêmicos e entidades gerais que atendem os estudantes. As entidades são parceiras e sempre defenderam a modernização do sistema de solicitação, a informatização dos procedimentos, interligando todos os

envolvidos, estudantes, escolas, entidades e a Prefeitura, permitindo que os estudantes solicitem virtualmente o passe escolar, garantindo a transparência e o controle total da Prefeitura no processo de emissão. As entidades estão dispostas a garantir a viabilidade desse sistema, desonerando a Prefeitura desse gasto, inclusive, em conversas recentes com o secretário Záchia, ele garantiu que a Prefeitura não tem interesse nenhum em assumir esse serviço. Também defendemos - e já defendemos isso há muito tempo - a unificação do Tri escolar com a carteira de meia-entrada, fazendo com que os estudantes tenham acesso a dois direitos em um único documento, exemplo, a cidade de São Paulo. Além disso, as entidades são decisivas para a fiscalização do sistema, para garantir a defesa dos estudantes que, muitas vezes, têm dificuldades para conseguir o Tri escolar atualmente, por algum erro ou alguma comprovação exigida. Uma situação concreta em que vai ser necessário o acompanhamento das entidades estudantis será no regramento da comprovação de renda. Nesse caso, inclusive, será muito importante o acompanhamento das senhoras e senhores vereadores. Nossa principal preocupação é que a necessidade de comprovação de renda seja burocratizada, criando dificuldades para quem mais precisa do direito. Sabemos como é difícil para as famílias das classes baixas comprovarem uma renda, um exemplo atual dessa dificuldade, inclusive noticiado pela própria Prefeitura, são os casos em Porto Alegre de pessoas das periferias da cidade que não foram se vacinar. Muitos casos por falta de informação e por falta de não terem comprovante de residência; imaginem só tendo que comprovar renda de todos os membros da família. Uma forma que pode ajudar a desburocratizar essas comprovações é criar medidas que facilitem para as pessoas que já comprovaram renda em alguma seleção, como é o caso dos prounistas e bolsistas, garantindo que esses estudantes não precisem comprovar renda novamente. Também cabe aos vereadores discutirem qual é a faixa de renda mais correta que não exclua nenhuma família e que contemple todos os estudantes, principalmente os estudantes que moram sozinhos ou as mães solo. Outro problema que verificamos e procuramos os vereadores para buscar corrigir é a inclusão dos estudantes que residem em Porto Alegre e estudam em escolas e institutos federais e universidades fora de Porto Alegre. Essa medida prejudicará muitos estudantes que moram em Porto Alegre, pois muitos enfrentam longo deslocamento dos seus bairros para chegarem ao Centro e pegar outro transporte, ônibus, trem até sua cidade de estudo. A medida inversa é também uma realidade, tendo em vista que milhares de estudantes moram em cidades da Região Metropolitana e vêm diariamente estudar em Porto Alegre, pois só há oferta de alguns cursos aqui na nossa cidade. Imaginem só quantos estudantes pagam o transporte do Centro de Porto Alegre para estudar na escola do Hospital de Clínicas, na Escola Técnica Parobé ou no Campus do Vale da UFRGS, por exemplo. Também achamos que deve ser permitida a utilização do passe escolar todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados, pois são dezenas de atividades escolares realizadas nesses dias, reforço escolar, trabalhos em grupo, estágios curriculares obrigatórios, principalmente nos cursos da área da Saúde. Estamos em um momento muito delicado, a maioria das escolas ainda continua com o modelo de ensino híbrido; na rede pública a maioria dos estudantes não retornou às aulas. Temos convicção de que o problema do transporte não são as isenções, muito

menos o caso dos estudantes que contribuem com o transporte, pagando metade da passagem. Vale lembrar que em algumas cidades brasileiras o transporte do estudante é gratuito. O governo anterior já retirou várias isenções, como por exemplo, a segunda passagem gratuita do trabalhador e dos idosos de 60 a 64 anos, e mesmo assim, as propostas de aumento das passagens nos anos posteriores eram absurdamente altas, muito mais altas que a inflação e a promessa de diminuição apresentada para garantir aprovação das medidas. E atualmente temos a passagem mais cara entre as capitais brasileiras. O grande problema é que as pessoas pararam de utilizar o transporte público por vários motivos, mas o principal é porque ele é ruim e muito caro, a qualidade é péssima, ônibus superlotados, quebram toda hora, demorados, extremamente caros e sem segurança. Inclusive, nos últimos dias, presenciamos uma tragédia em frente ao BarraShopping da Zona Sul com o assassinato de uma jovem na parada de ônibus; mas todos os dias, nos arredores das escolas e universidades, os estudantes são alvo dos assaltos, principalmente na espera do transporte. A principal medida para garantir a qualidade e diminuir o preço é o subsídio. Essa receita é usada no mundo inteiro, a média de subsídio do transporte na Europa é de 50%, e a cidade de São Paulo, por exemplo, consegue garantir passe livre para os estudantes. É isso que precisamos buscar urgentemente, formas de subsidiar o transporte e não formas de excluir mais usuários do sistema, conforme apontei agora há pouco.

Senhoras e senhores vereadores, os estudantes continuam à disposição para debater o projeto, as emendas e solicitamos que os apontamentos que apresentamos sejam considerados para garantir a melhoria do projeto. Vereadores e vereadoras, cada decisão tomada nesse processo pode prejudicar milhares de famílias, contribuir para excluir milhares de estudantes das escolas, ainda mais após meses de pandemia, principalmente na rede pública. Precisamos garantir que essas famílias não sejam prejudicadas novamente. Pedimos que todas as alterações que os estudantes estão propondo sejam aprovadas. Continuamos à disposição. Muito obrigado, vereadores e vereadoras, é muito importante esse espaço que está acontecendo para a gente que é estudante e está dialogando, tentando construir uma melhora no projeto. Então é muito importante esta Tribuna estar acontecendo para a gente apontar os principais desafios dos estudantes pós-pandemia, e isso passa diretamente pelo transporte. A retirada e restrição do meio passe estudantil hoje significa contribuir com a evasão escolar. Então a gente está, desde a semana passada, construindo e conversando com os vereadores para melhorar o projeto, porque a gente precisa ser ouvido, o estudante precisa ser ouvido, não precisa ser barrado na porta da Câmara de Vereadores, porque esta Casa também é dos estudantes. Então queria manifestar isso, porque hoje foi uma dificuldade para a gente colocar uma delegação de estudantes aqui, mas a gente conseguiu, e estarmos aqui na Tribuna hoje é muito importante para a gente denunciar e dizer que estamos abertos para o diálogo e que não é tirando o meio passe estudantil, não é restringindo o nosso direito que vão melhorar o transporte de Porto Alegre. Para melhorar o transporte tem que ter outras alternativas e isso não passa por retirar o nosso direito, um direito histórico dos estudantes que a gente conseguiu manter e existe há mais de 60 anos e, se depender da nossa força, a gente vai conseguir manter e ninguém

vai mexer no nosso direito. Viva os estudantes! Viva a nossa luta! Seguimos, contamos com os vereadores para estarem do lado dos estudantes, que é o lado certo hoje. Então muito obrigado, mais uma vez, pelo espaço, agradecemos a disposição da Câmara, da presidência, em nome do Vereador Márcio Bins Ely, e seguimos na luta, no diálogo. A gente está para dialogar, então todos que quiserem conversar com a gente, vamos estar na Câmara de Vereadores porque a gente precisa dialogar para buscar alternativas para o transporte público e não atacar o estudante e não colaborar com a evasão escolar e que isso passa pela defesa do meio passe estudantil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. Convido o Anderson para sentar à Mesa. Agora as bancadas se manifestarão. Cumprimento a UMESPA. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente, falo pela oposição, cumprimento o Anderson Farias, cumprimento a UMESPA, cumprimento as demais entidades estudantis aqui presentes e temos orgulho desses jovens estudantes, nem todos são jovens, mas são todos estudantes. E o fundamental é que eles têm uma posição legítima, correta e trazem à tribuna exatamente uma pretensão da civilização, porque nós tivemos aqui uma conquista histórica do meio passe estudantil. E, se depender de nós, Anderson, companheiros e companheiras da oposição, nós vamos manter, sim, esse direito. Nós vamos manter porque é um direito extremamente necessário, faz uma diferença enorme na vida de todas e todos e engrandece a sociedade com a possibilidade real de manter o estudante nas escolas, nos seus locais de aprendizado, em todas as formas possíveis de crescimento. Contem conosco, estudantes da nossa Porto Alegre que têm nas suas trajetórias, nas suas histórias, essa grande conquista que não será retirada. Um abraço a todos, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver. Laura Sito está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Queria aqui saudar o Presidente da UMESPA, Anderson, e, no nome dele, todas as entidades estudantis que nos acompanham aqui, que também nos acompanham pelas redes sociais. Falar aqui do nosso compromisso – falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – em defesa do meio passe estudantil, e daí eu, que venho do movimento estudantil, lembro muito bem o quanto o meio passe foi fundamental para mim, filha de uma trabalhadora doméstica, poder acessar a educação nesta cidade. Saía da Zona Sul e ia até o Julinho. Depois, antes de ir para a UFRGS, eu estudei na Fapa, eu atravessava a cidade. O que

que seria, qual a condição eu teria de pagar quatro ônibus por dia para sair da Zona Sul e até a Zona Norte, lá no Mário Quintana, cursar a universidade, se não fosse o meio passe estudantil? E vejam bem, eu era uma estudante trabalhadora, eu trabalhava oito horas por dia e, mesmo assim, à noite eu ia até a universidade para poder construir um futuro melhor para mim e para minha família, e essa é a realidade da juventude brasileira hoje. Portanto, retirar o meio passe estudantil é uma afronta ao direito à educação, é uma afronta ao direito à cidade e também algo coloca em vulnerabilidade o acesso ao futuro da nossa juventude.

Portanto, contem conosco, com o nosso compromisso na defesa do meio passe estudantil, na defesa dos estudantes existentes da nossa cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Presidente Márcio, todos os vereadores, vereadoras presentes. Quero cumprimentar o Anderson, toda a gurizada da UMESPA que está aqui presente no plenário, de diversos grêmios estudantis e entidades. Esse é um tema muito importante e o Anderson trouxe com propriedade o significado dessa discussão. É uma preocupação com a juventude, com a educação nesse pós-pandemia e com o orçamento familiar, porque quem é diretamente atingido com essa medida são as famílias de trabalhadores da nossa cidade que, nesse momento, podem ter uma ampliação no preço do seu gasto com transporte, que já consome mais de 30% do orçamento das famílias aqui na cidade de Porto Alegre, num contexto de aumento do preço da energia elétrica, do gás de cozinha, da gasolina, da cesta básica mais cara do Brasil – mais de R\$ 600,00. Essas famílias que ganham um pouquinho mais de um salário mínimo e meio, que têm uma renda *per capita* de um salário mínimo e meio, que é a proposta hoje de restrição do meio passe, se pagam R\$ 600,00 de aluguel, mais R\$ 600,00 para botar comida na mesa, conta de luz, gás de cozinha, não sobra dinheiro para mais nada. Essa é a perversidade dessa proposta, num momento de muita crise econômica e dificuldade para toda a classe trabalhadora do nosso País. Então não se trata apenas de uma preocupação – que só por esse sentido já seria muito justa – de um segmento dos estudantes, não; é uma preocupação com a maioria da população da nossa cidade e também com o futuro do transporte público, que o fim da isenção hoje pode significar menos usuário no transporte; é uma saída destrutiva como as várias que o prefeito Sebastião Melo está apresentando para esse tema – a privatização da Carris, a extinção dos cobradores. Não se discutem aqui questões estruturais como a abertura de conta das empresas e controle, por parte da Prefeitura, da bilhetagem eletrônica, isso não se debate. É óbvio que para ter transporte público acessível para o conjunto da população, como bem falou o Anderson, tem que ter ampliação de subsídio, como acontece em São Paulo, Curitiba e outras capitais do Brasil. Porto Alegre está tomando um caminho preocupante e é por isso que a

mobilização estudantil, de professores que também vão ser atingidos, de pessoas com HIV, de toda sociedade que está interessada no direito a transporte é muito importante neste momento. Vamos à luta para manter essa conquista dos estudantes, desse direito da classe trabalhadora da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Convido o Sr. Airton Silva, representante da UEE/RS, para fazer parte da Mesa dos trabalhos.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Anderson, Presidente; diretor Luiz Afonso, é sempre muito bom receber os estudantes aqui, os representantes da UMESPA. Eu estou acompanhando, junto com Ver. Cassiá Carpes, do Partido Progressista, a preocupação de vocês com essa situação de possível retirada de isenções. Todos nós queremos encontrar uma solução para que o meio passe e que essa preocupação que vocês têm também é a nossa porque todos os estudantes têm que estudar, eles têm o direito de chegar nas escolas, de ir e vir. Então, contem com o nosso apoio, dentro das nossas possibilidades, naquilo que for o correto. Sei também, Anderson, que o prefeito Sebastião Melo recebeu você antes no Paço Municipal, na Prefeitura, e que vocês comentaram que estavam satisfeitos porque, pela primeira vez, vocês estavam sendo recebidos pelo prefeito da capital do Rio Grande do Sul. Isso é um fato, é uma verdade, o Sebastião Melo é assim, é o perfil dele, é um zelador, é um homem humilde que não desfaz, não desconhece as suas origens e ele também está pronto para atendê-los, dentro das possibilidades legais do governo. Enfim, um forte abraço e parabéns pela movimentação ordeira, educada de vocês.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente; colegas. Quero fazer uma saudação especial ao Anderson, ao Airton e a toda a juventude que se soma a eles nesse momento. Quero trazer, Presidente, que este é um espaço fundamental. Ouvindo a tua fala, Anderson – e na verdade e trago isso em nome da bancada do PCdoB –, nos sentimos muito contemplados pela mobilização, pela tua lucidez, pela consciência com a qual vocês vêm trazendo o debate para essa amplitude, nesta Casa, salvo algumas situações que ainda temos – e acho que precisamos conversar sobre isso, Presidente, que é da restrição dos espaços – e a gente precisa olhar para isso como parte dessa construção democrática.

Falar desse PL é olhar para uma parcela da população que ainda está excluída, e eu acho que a gente precisa olhar com a responsabilidade de quem pensa no futuro. Primeiro, porque os cursos profissionalizantes, o técnico e o pré-vestibular precisam estar incluídos. A gente precisa olhar para isso como uma forma de mobilidade, não tem como os estudantes que moram mais distantes, Presidente, estarem se fazendo presentes em sala de aula, para essa capacitação, se eles não conseguem acessar. Também é importante a gente falar das entidades com o controle das carteirinhas; eu acho que é uma série de elementos que compõem esse debate. Falando de acesso à cidade, de qualidade de ensino, falando do processo educacional, da amplitude e da importância dessa responsabilidade de olhar para o futuro, fazendo com que os estudantes tenham possibilidade de acesso, de transitar na cidade, de se locomoverem para poder terem a educação como parte desse processo transformador. A partir do momento em que a gente começa a delimitar é isso, a gente está, sim, fomentando um projeto que é um projeto de exclusão e que para muitos de nós – e eu me incluo nessa parcela porque fui estudante cotista, que muito utilizou o transporte público para poder fazer esse processo de formação – não tenham essa mesma possibilidade. É olhar para parte significativa da população com a responsabilidade necessária de abrir espaços, espaços que venham a romper com toda essa lógica sistêmica que invisibiliza e faz com que alguns se mantenham sempre nessa condição. Nós, do PCdoB, nos somamos a vocês nesta luta e travaremos até o fim, fazendo todos os enfrentamentos necessários porque compreendemos a importância desse espaço de transformação, da possibilidade real de acessar a educação como forma de um novo olhar para o futuro, e de vocês, enquanto representações, que muito vêm trazendo com qualidade este debate para todos nós, sejam muito bem-vindos à Casa do Povo. E que esta Casa mantenha as portas abertas porque é assim que tem que ser, a Casa do Povo precisa receber, acolher, ouvir e trabalhar na melhor das perspectivas todas essas demandas. A gente não pode delimitar, cercear e fazer com que a voz desses que são o futuro venham a ser silenciadas. Contem conosco, o PCdoB se soma a vocês neste momento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Giovane Byl está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VERERADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, Anderson; boa tarde, Airton. Primeiramente queria dizer que vocês ficam muito bem onde vocês estão, parece que vocês nasceram para estarem aí, estão muito bem aí. Também quero saudar toda a juventude que está aqui, queria dizer nós, jovens – eu me coloco como jovem –, muitas vezes escutamos que o jovem é o futuro, é o futuro do Brasil, é o futuro de Porto Alegre. Eu costumo dizer que esse é um conceito errado, o jovem não é o futuro, o jovem é o presente, e sem o jovem nós não vamos ter um futuro. E eu estou muito alegre, eu estou muito impactado, posso dizer assim, Presidente, pela

construção que esses jovens estão fazendo diante deste debate. São jovens, mas estão construindo de uma maneira madura, com a manifestação com o posicionamento de vocês de uma maneira muito madura, e essa maturidade está, sim, influenciado o Legislativo, e estão sendo construídas emendas que vão melhorar e vão qualificar esse projeto.

Eu sempre fui defensor do meio passe estudantil, mas eu vou além, eu ainda defendo o estudante de periferia, de baixa renda, tenha que ter garantido o passe totalmente gratuito para poder ir à escola. Então eu quero parabenizar vocês pela mobilização, vocês estão fazendo história nesse período pós-pandemia da maneira que vocês estão construindo, na base do diálogo, na base da construção, e podem ter certeza de que vai ficar registrada nos anais da história essa construção de vocês, parabéns. Vida longa ao movimento estudantil.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaríamos de registrar também a presença do secretário André Machado, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SMHARF, diretor do DEMHAB; do secretário Cassio Trogildo, da Secretária Municipal de Governança Local e Articulação Política; bem como a delegação de estudantes que abrilhantam os trabalhos da nossa tarde de hoje.

Encerrando a Tribuna Popular, suspendemos os trabalhos para o registro fotográfico e despedidas.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h38min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h42min: Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, colegas; boa tarde Presidente que comanda os trabalhos, é muito bonito ver a gurizada ocupando o plenário desta Casa, ocupando as galerias, falando da importância da participação da juventude, discutindo aqui, neste espaço, um projeto importante para juventude. É importante ressaltar, Presidente, a participação aqui dos estudantes porque foram eles inclusive os barrados na entrada aqui hoje, foram eles que inclusive vieram falar de um projeto que trata da sua militância, que trata da sua existência, da sua luta, enquanto estudante, participando ativamente da construção de uma educação pública de qualidade, que fala do transporte coletivo e da sua inserção, e, mais uma vez, os estudantes foram barrados na entrada.

Presidente, é inadmissível que esta Casa siga dessa forma. Nós estamos aqui num espaço em que se discute a política pública da cidade, o Parlamento da cidade. A gente brinca que o Ver. Pedro Ruas comanda o movimento estudantil, porque nós somos parte de uma militância que muito atuou no movimento estudantil e com muito orgulho. Com muito orgulho, nós fomos parte dos estudantes que lutaram muito para que o passe estudantil fosse estratégico para que a juventude acessasse à educação. E hoje aqui, mais uma vez, mais um episódio ocorre na entrada e os estudantes não puderam se fazer presentes desde a entrada. É sempre uma cena, é sempre uma dificuldade. Eu quero registrar aqui a minha indignação, eu fui uma das vereadoras que fui até a entrada e que mais uma vez tive uma indisposição porque – e reconheço o trabalho de quem faz a segurança da Casa – por deliberação da Casa, barra a entrada de estudantes. Esta Casa que é a casa da participação popular, é a casa de todo e qualquer cidadão de Porto Alegre. Nós não podemos admitir que se siga agindo dessa forma, nós queremos uma Câmara de Vereadores onde todos e todas possam se fazer presente, da oposição e da situação. Não podemos mais aceitar que vereadores da base possam adentrar de forma tranquila no plenário, enquanto vereadores da oposição tenham os seus militantes barrados na entrada; isso é admissível.

Também quero falar, Presidente, de um final de semana muito feliz para o Partido Comunista do Brasil, partido que renovou a sua militância, que elegeu para presidente e vice duas mulheres, duas mulheres negras, Ver. Ramiro, oriundas da periferia da cidade. E nós entendemos que, neste momento e nesse contexto da luta política, é fundamental sinalizar que nos espaços políticos de poder estejam mulheres, mulheres negras para que a gente possa fazer com que a política, na vida prática, no cotidiano, propicie que nós tenhamos mais negros, mais negras, mais mulheres, mais homens que vivam o dia a dia das pessoas comuns. Eu tenho muito orgulho de assumir essa tarefa neste contexto político, um contexto de enfrentamento, Ver. Ruas, às práticas antidemocráticas, às práticas excludentes, e é nesse contexto que nós nos colocamos na linha de frente. A cara e o rosto da desigualdade, mas a cara e o rosto de quem é a prova de que a luta vale a pena. A luta vale a pena quando a política pública está no centro da política; a luta vale a pena, Ver.^a Mônica, quando nós conseguimos comprovar que, com investimento, a nossa juventude pode sonhar, ousar se o que quiser, por que essa mulher aqui sonhou, ousou e hoje ocupa essa tribuna. Então quero cumprimentar o Partido Comunista do Brasil, o meu partido, que ousou, e que, neste momento da luta política, coloca na linha de frente duas mulheres que têm a cara do brasileiro, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Utilizo este espaço da liderança do Partido dos Trabalhadores para colocar algumas questões relevantes neste momento, já que nas

últimas semanas tenho me pronunciado nas redes sociais em relação a algumas pautas envolvendo as eleições de 2022 e também da possibilidade de determinadas classes de trabalhadores e trabalhadoras se candidatarem. É importante deixar muito claro que, como eu sempre digo, minha mãe foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores, lá na década de 80. Eu nasci bem no período em que o Partido dos Trabalhadores se consolidava, e participei, mesmo no útero, mesmo como criança, da formação desse partido. As reuniões aconteciam inclusive na minha casa, no Sindicato dos Bancários, a minha mãe era uma das dirigentes do Sindicato dos Bancários, e eu sou filiado ao partido desde 99; lá se vão 22 anos que eu sou filiado ao Partido dos Trabalhadores. Mas além disso eu represento uma categoria, eu venho de um determinado grupo social, e o meu grupo social são os trabalhadores e trabalhadoras, são os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público e também a categoria dos trabalhadores da segurança pública. E no futuro também estarei na categoria dos aposentados e aposentadas. Eu devo a minha existência, eu devo a minha militância a esse grupo, ao grupo dos trabalhadores e trabalhadoras, antes de qualquer coisa. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sempre referendou e sempre disse: “Nunca esqueçam as suas origens; não esqueçam de onde vocês vieram.” A maior traição que eu poderia fazer seria esquecer de onde eu vim, ou não lutar por aqueles que mais necessitam. É só observar como a bancada dos trabalhadores e o nosso mandato têm atuado nesta Casa em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da Carris, contra a privatização da Procempa, contra a entrega da Carris, contra a reforma da previdência – realizada de forma agressiva contra os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público municipal – e sempre estivemos na linha de frente desse combate, fazendo combate ao neoliberalismo, a essa direita radical que retira os direitos de todos aqueles que mais precisam. Dessa forma, é natural que eventualmente nós tenhamos algum tipo de atrito interno no nosso partido, mas isso, de forma alguma, é motivo para desconsiderar tudo o que foi realizado.

No campo da segurança pública, o Partido dos Trabalhadores foi o partido que mais políticas fez no campo da segurança pública; em nível federal, nós tivemos políticas de valorização salarial e de carreira da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, Pronasci; em nível estadual tivemos aqui, com o governo Tarso, diversos investimentos e reposição salarial e de planos de carreira da Brigada Militar, da Polícia Penal, do IGP. Então me sinto muito confortável em dizer que o Partido dos Trabalhadores é um partido que tem políticas para a categoria da segurança pública. Mas tivemos esse atrito em relação a uma decisão partidária que visava afastar do espaço eleitoral determinadas categorias e que atingiu os trabalhadores da segurança pública, mas que, após um bom debate em Brasília, nós tivemos alguns acordos e estamos, novamente, em uníssono na luta pela eleição do Presidente Lula em 2022, por eleger um governador de esquerda, um governador do Partido dos Trabalhadores para o Palácio Piratini e uma grande bancada. E também estamos cada vez mais próximos e juntos à bancada de oposição nesta Casa, representada pelo PCdoB e pelo PSOL, esses companheiros e companheiras de tanta fibra. Vida longa ao Partido dos Trabalhadores! Vida longa à esquerda! E eu deixo aqui uma frase do nosso nobre Che Guevara: “Se você treme de indignação perante uma injustiça cometida contra qualquer pessoa, em

qualquer lugar do mundo, então somos companheiros.” Até a vitória sempre! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gome está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Quero, primeiramente, me dirigir novamente às representações estudantis e fazer coro ao que foi dito pelo Anderson, anteriormente, da tribuna, e também pela liderança do PCdoB, através da Ver.^a Bruna: é importantíssimo que esta Casa, Presidente Márcio, garanta a presença dos estudantes neste plenário durante a discussão do projeto sobre as isenções. Só a Câmara de Vereadores, em Porto Alegre, hoje, tem esse tipo de restrição, de uma Prefeitura que defendeu tanto a abertura, de vereadores usaram tanto esta tribuna aqui para dizer que a cidade tinha que funcionar. Então façam também o plenário desta Casa funcionar e ter representatividade política, garantindo a participação dos estudantes nas próximas discussões.

Eu queria aqui falar de um tema importantíssimo, o principal tema, na verdade, no nosso País neste momento que é a fome. O Brasil tem hoje mais de 20 milhões de pessoas que passam fome. E se a gente utilizar o critério da segurança alimentar, que é aquela condição de colocar alimento na mesa com qualidade, com regularidade, de acordo com as necessidades das famílias no nosso País, nós vamos observar que mais da metade da população brasileira tem insegurança alimentar, tem incerteza se vai ter todos os alimentos necessários na mesa. Foi por isso que, no dia de ontem, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto fez uma ocupação na Avenida da Azenha, para viabilizar, num terreno que estava abandonado, um terreno de propriedade da União que não tinha nenhuma função social, agora está abrigando a semente de uma cozinha comunitária na cidade de Porto Alegre. O MTST, em nível nacional, já organizou, de maneira independente, 20 cozinhas comunitárias pelo País. Aqui na cidade de Porto Alegre já são mais de uma dezena de cozinhas comunitárias que estão alimentando a população da nossa cidade, num contexto em que nós temos apenas um restaurante popular, que serve refeições para a nossa população, de segunda a domingo. Durante a semana nós temos outros três que estão funcionando, mas que não conseguem atender a demanda que, de acordo com o Conselho de Segurança Alimentar da cidade de Porto Alegre, Ver. Pedro Ruas, hoje corresponde a mais de 160 mil pessoas em situação de pobreza na nossa cidade. E nós sabemos que os esforços do Município são muito tímidos frente à voracidade para atacar o direito dos servidores públicos, a possibilidade também de atender os interesses dos empresários do transporte. Quando o assunto é combate à fome e à pobreza, nós tivemos pouquíssimas medidas. O cartão social, por exemplo, hoje não atinge nem quatro mil pessoas na cidade de Porto Alegre. Quatro mil. Enquanto os dados olham para a pobreza e mostram que são 160 mil pessoas. Por isso que a ação do movimento é muito importante. Ocupar um lugar, dar

função social para um terreno que estava abandonado, com aquela pauta – secretário André Machado, que acompanha a nossa sessão – que é o direito humano mais elementar, a possibilidade de ter alimento na mesa, instiga o poder público de Porto Alegre olhar para um espaço que inclusive está ali para ser destinado como área de interesse social; não há interesse social mais importante neste momento do que garantir comida na mesa da nossa população. Essa ocupação em defesa da alimentação da população de Porto Alegre está ali num território que é cercado por várias comunidades que passam dificuldades neste momento, o Condomínio Princesa Isabel, a Vila Cabo Rocha – que tem uma das maiores populações de pessoas em situação de rua da cidade de Porto Alegre – e visa atender diretamente essas pessoas, trabalhadores que estão com dificuldade de garantir um almoço ou uma janta. É uma iniciativa muito importante que nós esperamos que a Prefeitura de Porto Alegre, a FASC e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social olhem com a sensibilidade necessária para o que está sendo proposto ali: transformar um terreno abandonado numa cozinha comunitária, ou viabilizar a construção de mais restaurantes populares da cidade de Porto Alegre, ampliar a política de assistência neste momento para as famílias que necessitam. É uma ação muito importante, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto está de parabéns. Quem estiver assistindo esta sessão neste momento e quiser entregar doações, quiser fazer uma doação através de dinheiro, de alimento para ajudar essa causa tão nobre que é colocar comida na mesa da população trabalhadora de Porto Alegre, deve fazer. E a comunidade do bairro Azenha já está fazendo isso, eu estive por algumas horas na ocupação vendo inúmeras demonstrações de solidariedade, então nada mais justo que esta Câmara de Vereadores, que a cidade de Porto Alegre se solidarizarem ao Movimento dos Trabalhadores sem Teto neste momento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Quero registrar as presenças da Ver.^a Manoela Rosa Couto e do Ver. Marcelo Lemos, da Câmara Municipal de Uruguaiana, que, com as suas presenças, abrilhantaram os trabalhos da nossa tarde. Obrigado. Sejam bem-vindos! O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely; vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra. O Ver. Matheus Gomes foi muito bem na sua fala, porque os dois temas que enfocou são dois temas extremamente relevantes e que nós temos que dar toda atenção. E o Presidente da Câmara tem um papel central nisso, Ver. Matheus. Por quê? Porque o Ver. Oliboni sabe, nós temos debatido, a Ver.^a Bruna Rodrigues tem insistido aqui nesse tema, falou hoje novamente, não é possível que nós tenhamos um critério que é um descritório em relação a quem pode estar na Casa aqui. Nós sabemos que, via de regra, como hoje os estudantes têm extrema dificuldade de acessar – saúdo o sempre vereador Alex Fraga – aqui a Casa; como têm, via de regra, as trabalhadoras e os trabalhadores. Então, qual é o

critério, Presidente? Qual é o critério? Tem que ser amigo do rei? Mas quem é o rei? Ou quem é a rainha? Que comando é esse? Nós temos que saber! E, seja como for, o critério tem que ser o mesmo! E não tem sido o mesmo! Não tem sido o mesmo, Vereador-Presidente Márcio Bins Ely, e já transfiro a pauta para a Ver.^a Mônica Leal, que conhece esse tema como ninguém. Aqui, Ver.^a Mônica, e a nossa distância ideológica e a nossa amizade nos permitem essa conversa, nós temos que ter, Ver.^a Laura Sito, o mesmo critério! Quem é que pode vir aqui? Quem é que pode acessar as galerias? Todo o povo não é possível, por conta da pandemia, enfim. Mas há o distanciamento social já programado. Já programado! E isso tem que ser respeitado, independentemente de quem seja. Ou vale dizer: não podem ser apenas aqueles que são amigos a maioria. Não é, Ver. Oliboni? Os amigos da maioria podem e os amigos da minoria não! Se fosse a Ver.^a Mônica Leal, já teria resolvido agora esse assunto! Eu tenho certeza! Eu falo sério! Resolvía agora! Diria agora, ali, como Presidente. Mas fica esse pedido à Mesa: que resolva esse tema.

O Ver. Matheus Gomes também levanta, ilustre Ver. Idenir Cecchim, que lidera a bancada da situação, um tema da maior relevância: o tema alimentar. Nós temos uma distribuição de dez mil cestas básicas, ao mês, pela FASC. A diretora-presidente Cátia Lara Martins faz um trabalho brilhante; estive com ela. Mas a necessidade, Ver. Matheus Gomes e Ver. Oliboni, que me honram com a sua atenção, é de 50 mil cestas básicas ao mês em Porto Alegre. É de 50 mil! A Prefeitura não consegue fazer esse repasse, nós vamos debater esse tema, está aí o prefeito chegando, nós vamos debater, eu já debati com prefeito, ele já foi no meu gabinete, Ver. Matheus e Ver. Oliboni, debater esse tema. Nós queremos ajudar a Prefeitura, mas tem que chegar a 50 mil cestas básicas por mês. E, nesse meio tempo, o que há na Azenha é justamente uma ocupação onde o objetivo é produzir comida. Peço ao Presidente que assegure o meu tempo porque não quero ser respeitoso com S. Exa., o prefeito municipal Sebastião Melo, que visita a Casa. Peço que segure o meu tempo para eu poder cumprimentar o prefeito.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Tempo assegurado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. É importante que o prefeito esteja aqui exatamente neste momento, onde nós podemos... Posso retomar meu tempo, Presidente, que estava suspenso? Obrigado.

E eu sigo na mesma toada: hoje, a grande necessidade das mulheres, dos homens, das crianças, dos idosos, de todos na nossa cidade é a alimentação. Alimentação! E por conta disso – por conta disso – nós precisamos, sim, incentivar a ocupação que ocorre ali na Azenha, Ver. Matheus Gomes, porque ela se dedica a isso. E vejamos como a pauta social é dinâmica: há poucos anos houve uma grande ocupação ali na esquina da Rua General Câmara com a Rua Andrade Neves, uma ocupação importante, os Lanceiros Negros. Nós apoiamos, trabalhamos juntos e foram despejados

por uma insensibilidade judicial absurda. No dia do despejo eu estava lá. Era deputado do PSOL, líder da bancada, e eu disse para a imprensa que ali estava e para quem fazia o trabalho da retirada: “Aqui, vocês vão tirar pessoas que estão morando, dignificando esse prédio, e não vai ter nada! Vocês estão tirando por crueldade!” E até hoje, Ver. Matheus Gomes, não tem nada no prédio! Nada! Na época, despejaram 53 famílias, via de regra, mulheres e crianças. Hoje, a demanda já é outra! Não foi resolvido o problema da moradia, está aqui o nosso amigo, sempre amigo André Machado, secretário de habitação. Não foi resolvido o problema da habitação. E é uma demanda importante. Mas o urgente é a alimentação! E neste momento, ali na Azenha, as pessoas ocuparam para fazer comida e distribuir comida. Quem tirar essas pessoas de lá – aí, sim – vai estar cometendo um crime hediondo, bárbaro, que nós não aceitamos! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Saudando a presença do prefeito Sebastião Melo, de imediato convido-o a compor a Mesa, e, na extensão, convido também o secretário Germano Bremm, junto com secretário Cezar Schirmer e o secretário Cassio Trogildo, que compõem a delegação. Por gentileza, o secretário André Machado, que também está na Casa, queria tomar assento. Obrigado. Agradecendo, então, a presença do prefeito para tema tão relevante, de imediato, concedo a palavra ao prefeito Sebastião Melo.

SR. SEBASTIÃO MELO: Presidente Márcio, dá para tirar a máscara aqui? Primeiro, quero agradecer, em nome do governo. Nós estamos trazendo aqui o projeto do Plano Diretor do Centro, que simplesmente a gente podia fazer um protocolo, mas, quando chegou na nossa mesa, eu liguei o líder do governo, à vice-líder, conversei com o Schirmer, que é nosso prefeito do Centro, com o Germano, que, junto com a sua equipe também produziu, e com o Cassio, e a gente entendeu, entendemos todos nós, vereadores, de vir pessoalmente, pela relevância do assunto. Então, eu queria cumprimentar a ti, a Mesa Diretora, cumprimentar todos os líderes, cumprimentar os demais vereadores vereadoras e vereadoras, e dizer que é sempre muito prazeroso voltar nesta Casa, e eu ainda sentei um pouquinho naquela cadeira, onde, é verdade que não havia esses isolamentos aí, em momentos outros, e ali foram doze anos. Por dois anos evidentemente que deixei de ocupar a cadeira por presidir a Casa, mas foi um aprendizado muito interessante, muito rico nesta Casa que, independentemente da cor partidária, ela sempre eleva o desejo de uma cidade melhor, de uma vida melhor. Então eu queria cumprimentar todos os vereadores e dizer o seguinte: resumidamente, Presidente, não é preciso chover no molhado; ontem, acho que foi um dia muito especial para o Centro Histórico porque o esqueletão, como é conhecido, ali na esquina da Rua Marechal Floriano com a Praça XV, nasceu em 1957. Estamos em 2021, e nós, ontem, numa ação conjunta com Ministério Público, do Judiciário e também do

Município, nós conseguimos retomar um prédio que agora passa a ser vistoriado pelos engenheiros da UFRGS e, no prazo de três meses, nós vamos destinar o que vai ser aquele prédio. Eu falo isso porque aquilo ali o símbolo da falência do Centro. Queria saudar também o André, que já estava aqui na Casa, nosso querido vereador, e dizer o seguinte: o que é que esse Plano Diretor, resumidamente – e se eu estiver errado o professor Germano me ajuda aqui, e também o nosso prefeito Schirmer – nós estamos propondo uma mudança, onde o Centro possa ser mais adensado, onde possa ter atrativos urbanísticos para os investidores, onde a contrapartida desses atrativos é melhorar a ambiência do Centro, no sentido mais geral, do ponto de vista das paredes ativas, das calçadas, dos espaços públicos, e também nós estamos dispostos a usar talvez algum instrumento fiscal, que seria do ITBI e também do IPTU, nos primeiros anos, para dizer: “Olha, se torna atrativo o nosso Centro Histórico.” Ontem, nós finalizamos, depois de muitos dias, um *hackathon*, que é uma maratona que teve mais de 150 projetos inscritos, se resumiu em seis, e desses seis saíram três vencedores. Um dos vencedores foi sobre a questão da mobilidade urbana, o outro sobre a questão da cultura e o outro é sobre a questão da cultura e da visitação do Centro. Então nós estamos agindo muito de forma transversal para melhorar o Centro da cidade, mas fundamentalmente é o plano diretor que vai, na nossa avaliação, dar um atrativo muito importante para poder fazer com que você retome moradias no centro de Porto Alegre. Não há revitalização sem gente. Então a gente pode fazer todas as mudanças urbanísticas no lugar, mas se não tiver gente, não tem revitalização. E nós erramos, eu digo nós porque eu também já sou um sessentão, passei por esta Casa, presidi aqui a revisão do plano diretor em 2009/2010 e penso que nós, coletivamente, cometemos muitos acertos e muitos erros, e um deles foi estender a cidade lá para os rincões sem infraestrutura. Uma coisa é fazer moradia, outra coisa, vereadores, é fazer infraestrutura e vida digna para as pessoas. O que eu estou dizendo aqui hoje, se vocês buscarem nos anais desta Casa vocês vão ver que o meu discurso é o mesmo, eu sempre achei e continuo achando que nós deveríamos ter adensado mais a cidade onde temos já equipamentos públicos. Você tem uma escola, você aumenta a escola, você não tem que ter uma nova escola; você tem um posto saúde, você aumenta o posto de saúde; você tem uma linha de ônibus, você coloca um segundo ônibus; você tem a segurança pública, você acrescenta. Agora uma coisa é tu construir lá na Afonso Lourenço Mariante para morar 2 mil pessoas e o sujeito só tem uma alegria: é o dia em que ele chega lá, porque no segundo dia ele não tem ônibus, ele não tem saúde, ele não tem creche, e foi isso que aconteceu conosco nos 500 metros quadrados. Eu penso que a revisão do Plano Diretor precisa vir logo para esta Casa no sentido geral, mas também nós não poderíamos esperar a revisão do Plano Diretor que teve uma interrupção pela pandemia para tratar a questão do Centro Histórico. Eu fiz questão de vir aqui com os secretários entregar pessoalmente, para dar relevância, líder e demais vereadores, porque o respeito desta Casa é muito importante. E por fim, dizer o seguinte: estamos, numa agenda construída entre governo do Estado e Prefeitura de Porto Alegre, indo para Madri no dia 02 a uma feira de tecnologia, a South Summit Madri, que acontece na Europa desde 2014, e ela nunca saiu da Europa, e nós, governo do Estado e Prefeitura,

estamos trabalhando fortemente para esta feira ser editada aqui em Porto Alegre, uma das suas edições, de preferência no ano que vem. Então nós combinamos uma agenda que o governador e o prefeito estarão juntos em Madri durante dois ou três dias, depois nós seguiremos a Barcelona onde nos recebe Josep Piqué que é o consultor da Prefeitura do Pacto Alegre, e também o nosso secretário de inovação que é o Luiz Carlos Pinto da Silva Filho, que é uma figura, professor da nossa universidade federal, e lá nós ficaremos três dias também trocando experiências em todas as áreas de inovação daquilo que nós já estamos aqui trabalhando para poder inovar na nossa cidade. Neste sentido eu teria uma viagem também para fazer a Brasília, na segunda-feira que vem, que já tinha remarcado lá em função dos compromissos anteriores, e, portanto, não podendo estar, o prefeito em exercício Ricardo Gomes estará, portanto, viajando a Brasília na segunda-feira, e, portanto, a nossa Prefeitura estará sendo bem comandada pelo presidente da Câmara, Márcio Bins Ely. (Palmas.) Então eu queria agradecer, queria entregar aqui, assinar a entrega do Plano Diretor. Eu estou correndo, vim aqui, estou com as agendas lá, mas estou sempre muito à disposição de vocês. Sempre disse na posse e repeti em alguns momentos que tive nesta Casa: quando vocês sentirem a necessidade, além dos secretários que estão sempre à disposição da Câmara, ou entenderem que o prefeito deve permanecer aqui por uma sessão, por duas, ou em sessão especial, vocês não precisam de nenhum constrangimento: fala com o líder, o líder fala com o prefeito... Eu sou um parlamentarista convicto, e por ser um parlamentarista convicto, eu acho que o Executivo deve dividir as responsabilidades com o Legislativo, então não adianta a gente discursar de uma forma e agir de outra. Eu tenho muita clareza de que a cidade vai melhor quando o Parlamento e o Executivo trabalham juntos. Muito obrigado, Presidente. Vou assinar e nós vamos entregar aqui para ti de forma coletiva. Queria convidar, não sei se a gente podia fazer aqui embaixo talvez uma foto coletiva para poder entregar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos fazer uma fotografia.

SR. SEBASTIÃO MELO: Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão suspensos os trabalhos para que possamos fazer uma foto coletiva.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 16h18min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h21min): Estão reabertos os trabalhos. Agradecemos então a presença do prefeito Sebastião Melo, a

quem agradecemos penhoradamente por tão relevante tema a ser protocolado hoje nesta Casa, qual seja, a revitalização do Centro Histórico, em especial trazendo questões e informações relevantes como é o caso da recuperação do esqueleto da Av. Otávio Rocha esquina com a Praça XV e demais situações a respeito da recuperação da nossa área central. Quero agradecer também aqui sobremaneira as presenças dos secretários que estiveram compondo a Mesa, secretário Germano Bremm com toda a equipe técnica, que trazem os elementos que nos permitirão os avanços relevantes, importantes e estratégicos para o desenvolvimento da área central, em especial focados, como bem falou o prefeito, na questão residencial. Muito importante o trânsito de pessoas para a revitalização de áreas nobres da cidade como é o caso da área central. Em especial também o secretário Cezar Schirmer, vereador e prefeito da área central; secretário Cassio Trogildo que tem acompanhado aqui as questões estratégicas e de importância e relevância para a cidade nos temas trazidos pelo Executivo, e também o nosso diretor do DEMHAB e secretário da habitação André Machado, que hoje está também conosco aqui com vistas e com foco no debate da aprovação do fundo, que aliás tivemos uma bela audiência pública sobre esse assunto, secretário, e acho que hoje vamos conseguir chegar a bom termo e concluir um avanço importante no sentido da aprovação porque tem muito recurso e nós não podemos abrir mão desse recurso em favor da habitação na nossa capital.

Pergunto se mais algum vereador se inscreve em liderança. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, quero saudar todos os presentes aí hoje na Câmara, na TV Câmara e aqui no nosso plenário. (Saúda componentes da Mesa e demais presentes.) Quero comentar aqui a entrega desse importante projeto que o prefeito Melo vem à Câmara hoje para fazer, o projeto de revitalização do Centro Histórico, vereador Gilson. É de fundamental importância nós falarmos sobre a revitalização do centro, e obviamente, da nossa cidade. O primeiro passo importante para a renovação e revisão do nosso Plano Diretor começa pelo Centro Histórico, e quando a gente fala aqui, Ver.^a Fernanda, sobre uma cidade com menor custo de vida para as pessoas e com maior qualidade de vida, inevitavelmente nós acabamos falando sobre as regras do Plano Diretor. Desde o advento do Estatuto das Cidades, na década de 50, o Brasil vem organizando suas cidades de maneira muito ruim, expulsando as pessoas do centro das cidades para as periferias, fazendo especialmente com que os mais pobres passem a morar longe do seu emprego, do seu trabalho, fazendo com que o transporte coletivo seja cada vez mais dispendioso, não só caro como distante, fazendo com que a baixa densidade de nossas cidades acabem incorrendo em dificuldade de moradia, em aumento do preço do metro quadrado do aluguel. Enfim, o acesso à educação, à saúde e à segurança fica mais difícil porque uma área dispersa do Município se torna mais difícil de cobrir. Por fim, a gente não conseguiu, ao longo dessas décadas, desde o Estatuto das Cidades reverter a tendência de fazer com que as cidades cresçam para os lados em vez de crescer para cima como deveriam, ou no mínimo com melhor aproveitamento do terreno, do solo

que está disponível para construção. Portanto esse Plano Diretor do Centro é fundamental não apenas para que a gente volte a ter vida no nosso centro com mais opções de moradia, com a flexibilização de uso dos imóveis, temos uma série de imóveis que são estritamente comerciais no centro e que poderiam ser também residenciais. Aliás, o secretário Germano, que eu pude acompanhar em algumas audiências tem falado muito bem sobre esse ponto, não faz mais sentido nós temos zoneamento exclusivo de uso na nossa cidade e também não faz mais sentido a gente ter prédios aqui em Porto Alegre desocupados e que poderiam ser habitações populares, as unidades dos prédios poderiam ser mistas, comerciais ou residenciais, fazendo melhor uso, e obviamente tudo isso descambaria para mais população morando, maior viabilidade dos negócios de bairro, mais gente caminhando nas calçadas, maior acesso, por exemplo, à alternativas de mobilidade como a bicicleta ou mesmo a caminhadas, coisas que a gente não vê e gostaria de ver. Vamos ao exterior e muitas vezes as famílias viajam justamente para poder caminhar pelas ruas de Barcelona, caminhar pelas ruas de Paris, gostam de poder fazer as coisas a pé ou de bicicleta, mas lá nesses lugares existe alta densidade populacional, e obviamente a qualidade de vida vem junto disso. Então é uma grande notícia nós termos aí esse projeto de revitalização do Centro Histórico, uma grande notícia nós termos o primeiro passo da revisão do nosso Plano Diretor, e eu espero que a gente consiga, enquanto Câmara Municipal, fazer frente às decisões Porto Alegre precisa se nós quisermos ter uma cidade com menor custo de vida e habitação para nossa população, com maior qualidade de vida para essa nossa população e com maior viabilidade, não é vereadora Nádia, para os empreendimentos de bairro, com mais segurança pública nas nossas calçadas, com mais alternativas de transporte, lazer e entretenimento para todos nós, e obviamente a cultura vem a galope junto disso porque não existe como fazer uma cidade diversa, plural, se ela está completamente espalhada e expulsando especialmente seus moradores para a Região Metropolitana ou para outros lugares do nosso País. Quero cumprimentar o governo municipal pela apresentação do projeto, tenho certeza de que vai ser uma discussão muito profícua nesta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde senhores e senhoras, quem nos assiste na TVCâmara, é com muita alegria que a gente recebe esse projeto sobre a revitalização do Centro de Porto Alegre, que também é o projeto que fala do Plano Diretor. Mas esse Plano Diretor começando por Porto Alegre tem uma simbologia muito grande. O centro é o coração da cidade e essa modernização vem aliada à valorização do patrimônio histórico e cultural tão bem valorizados, estimados e

protegidos pelo secretário Schirmer, que teve todo o cuidado na elaboração desse projeto para que a gente tenha um centro que conte a história da cidade, que valorize o nosso patrimônio cultural, todos os nossos equipamentos públicos históricos que tem lá, que a gente tenha rotas culturais valorizadas, assim como o próprio secretário Schirmer é guia do Conheça Porto Alegre a Pé – eu ainda não fiz esse passeio com ele, mas pretendo fazer –, e que a gente tenha cada vez mais esse tipo de ação e atitude em relação a nossa cidade. Trazer a vida de volta ao Centro de Porto Alegre, isso é algo prioritário. Em todos os lugares onde só tem comércio nós vemos o aumento da violência, o aumento da insegurança, porque as ruas ficam vazias de noite, porque não existe gente circulando, não existe vida. Quando a gente alia moradia com o comércio, com o trabalho, nós temos um bairro vivo, nós temos um bairro que está sempre presente, e, sim, é uma visão muito mais moderna de mundo. No momento em que nós temos esse olhar especial começando pelo Centro de Porto Alegre, nós já vimos projetos parecidos com esse para área do 4º Distrito, é muito importante que a gente venha debater isso de uma forma seccionada, de uma forma compartimentada, porque o Plano Diretor de Porto Alegre é algo muito complexo, e se só deixarmos para tratar alguns desses pontos em 2023 como alguns aqui querem, como o Conselho do Plano Diretor deseja, nós vamos aí perder mais dois anos em Porto Alegre. O Centro não pode esperar mais dois anos. É a primeira parte, é um passo importantíssimo a ser dado, eu acho que esse debate vai ser riquíssimo aqui dentro da Câmara de Vereadores. A gente precisa, sim, cada vez mais dessas ações de valorização de tudo aquilo que Porto Alegre tem de melhor. Em breve nós vamos ter ali o Cais Mauá revitalizado, com os espaços ocupados, nós temos que ter vias de trânsito reabertas no Centro de Porto Alegre. Hoje nós temos uma quantidade absurda, eu acho que é recorde na cidade de imóveis desocupados na região central porque as pessoas não têm como alugar os seus imóveis nem para moradia, nem para comércio, desocuparam muitos durante a pandemia e outros tantos já pela dificuldade de acesso ao Centro de Porto Alegre. Estamos aqui muito atentos a esse debate e torcendo que Porto Alegre dê esse passo e que a gente consiga aprovar pelo menos a maioria dos pontos importantes sobre o projeto do Centro de Porto Alegre aqui na Casa. Obrigada. (Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Pedro Ruas solicita questão de ordem.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente em exercício, Ver.^a Comandante Nádia, vereadoras e vereadores, a Casa fica muito honrada sempre com a presença do prefeito e nós não temos nenhum questionamento quanto a isso, pelo contrário. O problema que surge é que quando vem o prefeito e nós não estávamos avisados, ele utiliza um tempo correto, adequado, regimental, sem problema nenhum, mas ele muda a pauta, ele muda a ordem dos trabalhos, ele modifica o que nós estamos debatendo. Eu sei que os vereadores vão entender isso, o líder do governo, os tempos de oposição nós havíamos utilizado todos, inclusive eu parei meu tempo para receber o prefeito, pedi licença aqui. Eu quero que a gente examine a possibilidade de termos

nossos tempos novamente, porque é uma situação que à luz do Regimento tem que ser analisada. Mudou a pauta e nós sabemos que mudou, e aí nós não temos mais tempo para discutir essa pauta nova que é a entrega do projeto. Era essa a questão de ordem, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): *O.k.*, está anotada sua questão de ordem. Muito obrigada. O Ver. Ramalho Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMALHO SANTOS (SD): Boa tarde Comandante Nádia, Presidente ;senhoras vereadoras; senhores vereadores; funcionários da Casa, estou aqui pela segunda vez e não poderia deixar de agradecer ao meu partido, Solidariedade, ao presidente Claudio Janta e à equipe do gabinete; aos colegas aqui presentes, colegas do exército brasileiro do nosso saudoso 12º Regimento de Cavalaria Mecanizada na qual fui sargento do exército, aos meus filhos aqui presentes, à minha companheira Tairine – mãe do meu filho com sete meses que está no plenário – que me acompanha nessa segunda jornada; aos meus irmãos, sobrinhos, clientes que deixaram suas casas e seus trabalhos para me prestigiar e muitos outros que deixaram de vir devido à pandemia, meu muito obrigado. Hoje, no auge dos meus 59 anos, pai de cinco filhos, primogênito de uma família de onze irmãos, filho da grande professora Iolanda Ramalho, filho do Milton Ramalho – motorista de caminhão – humildes e de muita garra, é uma emoção muito grande estar aqui na presença dos senhores. Eu, um menino de 14 para 15 anos, que saiu do aconchego do seu lar, no interior de uma pequena cidade chamada Santo Antônio do Sudoeste, fronteira com Argentina. Lembro-me até hoje que quando cheguei em Porto Alegre tinha apenas uma mochila com poucas mudas de roupas e muitos sonhos em busca de poder melhorar a minha família. Foram muitos anos de luta, trabalho, dedicação, e quando cheguei não tinha escolha, trabalhei lavando o carro, trabalhei em gráfica, obra, fui militar do Exército onde fica o curso de cabo, sargento, motorista de carro de combate e os blindados. Ao sair do Exército trabalhei como taxista e caminhoneiro, e atualmente estou comerciante e atualmente sou comerciante no bairro Cristal, região da Pedreira, Vila Cruzeiro, e tenho muito respeito e carinho pelo povo da minha comunidade. Nunca imaginei estar onde estou. Eu, quando pequeno, não imaginava nem conhecer um vereador, onde tudo era muito figurado, para mim, seria um sonho muito distante. Hoje estou diante de tantas pessoas importantes, diante de um futuro com esperança, diante de tantos projetos e planos. Gostaria de dedicar essa posse à minha mãe, ao meu pai, já falecidos, e onde quer que estejam estão realizados torcendo por mim. Para finalizar esta posse agradeço, mais uma vez, a todos que acreditaram neste pequeno grande homem. Um abraço e gratidão a todos. Muito Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Idenir Cecchim, vereadores, colegas, público que nos assiste, resolvi subir a esta tribuna para falar no episódio que aconteceu ontem no parque da Redenção. No momento em que nós, porto-alegrenses, estávamos enaltecendo nossa Porto Alegre, eu vou pedir para o pessoal já colocar as fotos ali se puderem.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Infelizmente, uma movimentação estimulada por um vereador desta Casa, que foi lá fazer arruaça e ficar gritando entre o palco e as cadeiras das pessoas que estavam sentadas querendo assistir toda a apresentação cultural e artística pela nossa Porto Alegre. Eu quero dizer que eu lamento muito que vereador desta Casa, no momento em que deveria estar pensando em Porto Alegre, está pensando no seu umbigo, está pensando em manifestações que deveriam acontecer em outro momento, ou, pelo menos, ao lado. Da mesma forma que a gente vê que tem vereador aqui nesta Casa que estimula isso aí que os senhores estão vendo: vandalismo aos monumentos – vandalismo! Sujeira! Quebra-quebra! Viatura da Brigada quebrada! E acham bonito isso quando, nesta Casa, os vereadores deveriam estar estimulando a democracia que, infelizmente, virou uma palavra feia na boca de algumas pessoas que tanto falam em democracia, democracia, usam indiscriminadamente sem saber que a democracia só vem junto da liberdade, só vem junto do respeito e da educação. Quero dizer que, infelizmente, ontem, eu solicitando ali para que os manifestantes do Simpa, cujo vereador estava estimulando irem para a frente, não é? Estavam atrapalhando o ato – viu, Ver.^a Bruna, estava ali eu pedindo para o pessoal: “Vamos nos manifestar ao lado porque é muito mais educado”, tive o desprazer, por certo por ser mulher, porque se não fosse mulher, eles não fariam isso com um homem. É verdade, olha, agora eu estou vendo como é. Um menino, um menino não, um homem, que se diz estudante, pega, Ver.^a Laura, o cartaz e enfia no meu rosto. Olha que falta de educação isso! Eu tenho certeza que os vereadores mais antigos desta Casa não coadunam com essa atitude de vandalismo, de anarquia, de desrespeito e má educação. Com certeza baixei o cartaz no rapaz que estava ali, achando que mulher não vai ter uma reação, vai ficar aí chorando. Não, as mulheres deste Parlamento, Ver. Jonas, são boas, são boas de brigas, são boas de conversa, são boas de discussão. Além do que, eu, como policial militar, estou acostumada com conflito, com discussão, e não me pegam nessas ondinhas aí. Numa segunda vez, depois que eu baixei o cartaz do rapaz, que diz ser estudante, eu quero ver depois a sua matrícula e assiduidade, botou novamente, Ver. Alvoni, o cartaz na minha cara. Óbvio que baixei, e rasgou-se o cartaz. Aí ele faz um lá-lá-lá, uma historinha com aqueles que vêm aqui, que querem invadir, tem professora que não representa o funcionário público, tem uns que dizem que são estudantes, que não representam os estudantes, essa

historinha aí da oposição, do grita-grita eu conheço bem lá do tempo da Brigada como é que funciona. Fizeram um boletim de ocorrência contra a Ver.^a Nádia, que atingiu, que bateu no coitado do estudante! Com uma versão, Ver.^a Fernanda, totalmente esdrúxula, totalmente mentirosa! Mas o bom é que calúnia é crime, e a gente, deixa correr, depois, consegue reverter tudo isso para mostrar que quem, que quem não tem educação, quem não tem respeito não tem que estar nesta Casa e tampouco fazendo manifestação desordeira na rua! Sou a favor de manifestação, sou a favor das pessoas gritarem na rua, fazerem, levarem seus cartazes e exigirem os seus direitos, com respeito, Ver.^a Lourdes, eu tenho certeza que a senhora também quer, com educação, e a senhora estava lá, pior: tinha deputada estadual instigando também. E eu disse assim: “Vem cá, me ajuda, vamos nos ajudar aqui.” Porto Alegre é muito maior do que um vereador ou uma deputada. Nós somos o todo, Porto Alegre tem lugar para diversidade, Porto Alegre tem lugar para o diferente, Porto Alegre tem lugar para todo mundo, Ver. Felipe Camozzato, mas não tem lugar para bagunça, para vandalismo, para anarquia, para desrespeito e falta de educação! Essa gente aí que faz isso, aliás, tem uns que dizem que ocupam espaços; para mim, ocupação de espaço é quando é teu! Há uma invenção aí das falas. Para mim, quando se entra no espaço que é da União, isso é invasão, isso não é ocupação nem aqui nem na China! Vamos colocar os nomes corretos no que está acontecendo aqui em Porto Alegre. A eleição terminou, senhores, a eleição para vereador terminou! Agora os 36 aqui têm que pensar em Porto Alegre, não no seu umbigo ou nas suas causas perdidas e ideológicas, porque o pessoal pelo jeito está desesperado, porque aquele Simpa de meia dúzia de gato pingado que estava lá gritando, Ver. Idenir, fazendo baderna, não representa os funcionários públicos municipais, que trabalham, que estão nas escolas, não representam as professoras! Aliás, o senhor deveria estar na sala de aula, Ver. Jonas! O senhor fez só quatro anos de sala de aula, deveria estar dando aula, assim como outros aqui que não completaram o seu tempo de serviço, fizeram concurso público e não estão onde deveriam! Aliás, voltemos à calma, Porto Alegre precisa dos 36 vereadores cuidando das tigradas, cuidando de quem quer fazer baderna em anarquia! Porto Alegre é muito maior do que essa gente que se acha a maioria, essa gente é minoria e não passa. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Laura Sito (PT): Só uma questão de ordem, Presidente Cecchim. Nós tivemos uma série de imagens colocadas ali que são inverídicas, fazendo associações irreais sobre restos de lixo na orla, com manifestações, sobre...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O seu partido tem o tempo de Liderança

Vereadora Laura Sito (PT): Mas é questão de ordem porque são questões inverídicas...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não é questão de ordem, é questão de tribuna.

Vereadora Laura Sito (PT): A Casa precisa ter uma questão sobre isso.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadora, mas eu não posso aceitar.

Não havendo vereadores inscritos em Comunicação de Líder, solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 16h51min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLCE nº 010/21 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão; e que seja a primeira matéria a ser apreciada. Após retornarmos à ordem normal.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração na ordem de priorização de votação, para que o PLL nº 110/20 seja a terceira matéria a ser apreciada na Ordem do Dia. Hoje é o Dia Nacional da Doação de Órgãos, 27 de setembro, este projeto trata do ensino e conscientização sobre doação e transporte de órgãos e tecidos no currículo escolar na rede pública e privada do Município de Porto Alegre.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da votação do PLL nº 078/18, por uma sessão.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador José Freitas (REP): Sr. Presidente, o meu projeto está em terceiro lugar da ordem de priorização, e fala também sobre doação de órgãos. Eu gostaria que fosse votado hoje. O Ver. Byl está pedindo que ele passe para o terceiro lugar, eu gostaria que o meu permanesse, pelo menos, no terceiro lugar. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Com o adiamento da votação do item 1, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o projeto do Ver. Giovane Byl poderia ser apreciado em segundo lugar e, em terceiro lugar, o do Ver. José Freitas.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovane Byl. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o requerimento de autoria da Ver. Comandante Nádia. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos ouve pelas redes desta Casa do Povo, saúdo a todas e todos, e venho aqui para discutir o requerimento colocado pela vereadora, que muda, essa vereadora muda muito, mas ali no requerimento ela usou um tom diferente, é até engraçado, parece que a coisa é pronta. Habitação, anteriormente estava aqui, agora não localizo mais, mas estava aqui conosco o secretário André da Habitação. Há muito tempo – lá está o secretário um abraço, Nedel, um abraço também. Há muito tempo, a habitação sucumbe na cidade, Ver. Oliboni, porque há inversão de prioridades. O governo ontem decidiu se reunir no parque para comemorar 250 anos, mas não tem o que comemorar, não entrega habitações por exemplo, vamos discutir aqui o fundo. Não entrega! Estiveram todos com o governo anterior e entregaram quatro casas provisórias – quatro casas, habitações provisórias. E é isso, é discussão de elefantes brancos, trabalho mesmo. Nós precisamos de um programa de habitação de interesse social, é isso o que a gente precisa. Ah, vamos reestruturar o fundo; tudo bem, acho que sim, se tem dinheiro do fundo, acho salutar com certeza, mas tem que vir acompanhado das demais medidas, tem que vir – tem que vir! A Nádia veio aqui e falou um monte de coisa anteriormente. Não entendi nada! Ela estava em outro lugar, não era o ato dos 250 anos, era lá na lua, ela estava na lua e nós estávamos no ato, porque ela contou coisas que não tem testemunha, ninguém viu. Agora, o fato é que há registros, o fato é que há um BO de um estudante. Um BO de um estudante que alega ter sido violentado, isso é democracia? Deveria a vereadora se ocupar no final de semana para discutir propostas de habitação. O secretário trouxe aqui o projeto. Qual o projeto da Ver.^a Nádia? Nenhum. Para a saúde? Nenhum. Para o saneamento? Nenhum. É só discurso vazio. Para a educação qual é o projeto dela? Nenhum. Mobilidade urbana? Nenhum, mas o secretário trouxe aqui um projeto, e eu acho salutar esse projeto, secretário. O senhor, sim, está trabalhando. O secretário está trabalhando, e a vice-líder do governo está usando a tribuna para fazer palco político! Será que ela vai ser candidata a deputada ano que vem? Aí está tudo explicado, se for isso, está explicado. Secretário André, este projeto que o senhor está trazendo aqui, que eu discuto nesse requerimento é o projeto que nós temos que debater. Agora, a vice-líder está destoadada da necessidade política deste Município. Nós precisamos de política de habitação! Nós precisamos de política de habitação! E, quando o PT esteve aqui, entregamos mais de 40 mil, ou habitações de interesse social, ou regularização fundiária. Em nove meses que eu estou aqui não tem nenhuma fala dessa vereadora

sobre isto, nada, absolutamente! É só ataque, ataque ao PT, ataque à esquerda, ataca quem está na orla. Botou um monte de foto aqui. E aí vem aqui toda tranquila, vamos discutir o requerimento da política de habitação... Não simule com a democracia, respeite a legislação, respeite o povo desta cidade. Nós queremos fazer coisas sérias aqui dentro. Acho que aqui não é palco! Se quer ser candidata, seja, tudo bem, pode ser candidata, todo mundo pode ser, é um direito, agora não vá usar esta tribuna para isso. Eu quero discutir política de habitação neste Município, nós precisamos entregar habitações de interesse social. Olha a hora que nós estamos discutindo, olha a hora que entraram os projetos! Gente, Porto Alegre não vai bem assim, não vai bem. Nós precisamos que o dinheiro do povo seja investido no povo, as pessoas estão morando em barracos ou estão morando na rua, por isso habitação é crucial. Se tem dinheiro parado no fundo, esse dinheiro tem que vir, com certeza, para se transformar em habitações de interesse social. No tempo do Partido dos Trabalhadores, apesar do Fernando Henrique, nós fazíamos política com recurso próprio, tem como fazer – viu, secretário André? –, tem como fazer. Agora, no governo central – estou falando Melo e Ricardo Gomes – isso tem que ser priorizado. Não adianta só a gente fazer movimento com esse troquinho que está lá no fundo do DEMHAB. Tem que vir mais, eu quero saber o que na Lei de Diretrizes Orçamentárias vai ter para habitação. Nós temos, para encerrar, 800 zonas de ocupação que são precárias, isso a gente tem que olhar com atenção, e é nisso que eu me debruço aqui, o PT se debruça, e nós queremos, sim, discutir muito, debater esse projeto trazido aqui pela Secretaria de Habitação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Cecchim; obrigado, Matheus, que está aí no *front*. Eu queria dizer o seguinte: o que é grave nesse assunto? O André Machado está no plenário, e o que é grave é o seguinte: a Câmara não pode funcionar sem que os vereadores sequer tenham condições de analisar projetos. Se é para funcionar desse jeito, nós temos que dissolver a reunião de líderes, não tem mais por que ter reunião de lideranças, não tem mais por que combinar a pauta. Nós vamos direto para o ringue, vamos fazer resistência, quando o governo não tiver uma maioria nós vamos levar, mas vai ser tudo aí, não vamos fazer de conta que tem acertos, que tem conversas, que tem planejamento prévio. Aliás, os vereadores sequer podem fazer de conta que eles estudaram os projetos que eles votam, porque se for para a votação projetos como o que a Nádia está propondo, ninguém vai ter tempo de ter estudado, porque ele nunca tinha sido priorizado. O projeto vem, cinco da tarde, a Comandante Nádia... Eu não sei, sinceramente, a Comandante Nádia é nova na Câmara, seus mandatos são o anterior e este, ela nunca liderou o governo. Claro, se o governo se basear no fato de que ele tem uma maioria na Câmara, e essa maioria vota qualquer

coisa que ele propuser, o governo vai conseguir funcionar desse jeito, mas a Câmara de Vereadores vai se anular, que é o que está ocorrendo; a Câmara de Vereadores está deixando de existir e ela está deixando de ter mecanismos básicos de funcionamento que garantem, pelo menos, que os vereadores possam estudar os projetos que votam, porque esse projeto nem estudar eles podem – nem a Nádia deve conhecê-lo. O André Machado, estando presente na Câmara, me admira... E eu até apelo para o André Machado, como secretário do governo, que ajude a cidade pelo menos a apreciar os projetos do governo na área da habitação, e não simplesmente votar, como se a Câmara fosse um cartório que simplesmente dá *o.k.* e assina em baixo de tudo que o governo manda, mesmo que não estude o que o governo manda. Para mim é básico. É óbvio que o governo tem direito de fazer seus projetos e tem o direito de governar, o governo foi eleito e o governo governa; agora, a Câmara tem que legislar, e o princípio básico da legislação é o estudo dos projetos, e se tem uma vice-líder do governo que quer atropelar o tempo inteiro... E não sei para que, porque, sinceramente, não sei qual é o sentido para o governo, por que é útil para o governo que a Câmara simplesmente aceite ser cartório, eu acho que não faz sentido para o governo. Eu ouvi o prefeito, e ele disse que é parlamentarista; bem, se ele é parlamentarista mesmo, ele tem que entender que a Câmara tem que funcionar. Eu sou muito crítico da gestão e da gestão da própria Câmara, porque nós sabemos que a Câmara está funcionando de modo muito precário, sem sequer ter direito à participação popular. Vejam só, há pouco o prefeito indicou a apresentação de um plano diretor onde não está tendo nenhum debate na cidade sobre o plano diretor. O governo anuncia que vai poder construir prédio de 200 metros no Centro, fazer arranha-céus no Centro sem nenhum tipo de debate na cidade, de planejamento, de debate nos bairros, para que possa haver um desenvolvimento equilibrado, para que possa haver desenvolvimento na periferia; nada, absolutamente nada. A preocupação que eu tenho com o requerimento da Ver.^a Nádia é que o requerimento da Ver.^a Nádia, simplesmente – viu, Ferronato, eu estou lhe assistindo, o senhor tem 30 anos na Câmara, eu tenho certeza que o senhor não teve tempo de discutir, de ler, de estudar esse projeto –, a Ver.^a Nádia, do nada, vem e quer que a Câmara vote. São coisas absurdas, são coisas indecentes do ponto de vista de funcionamento democrático e do ponto de vista da seriedade na Câmara. Agora, se a Câmara quer deixar de ser séria, bem, continue assim; nós não queremos que a Câmara perca a seriedade, por isso votamos contra este requerimento. Muito obrigado, Presidente Cecchim.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Pois não, Ver. Cassiá Carpes.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, só para informar o Ver. Roberto Robaina que já houve até uma audiência pública, ele está muito mal-informado, ele não

tem comparecido na própria comissão a que ele pertence. Portanto, falar, gritar e ser mal-informado é o que está acontecendo com Ver. Robaina.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, pela oposição.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, vereador. Nós queremos, obviamente, debater o tema da habitação em Porto Alegre. O Ver. Pedro Ruas inclusive já subiu nesta tribuna hoje à tarde para comentar esse tema, e vamos debater o mérito do projeto, com certeza, no momento adequado. Esta é nossa primeira questão sobre o requerimento que está em debate: uma prática recorrente na Câmara de Vereadores no ano de 2021, que é o desrespeito ao que é debatido na reunião de líderes. O prefeito Sebastião Melo deu uma entrevista ao jornal Correio do Povo na semana passada onde falava que queria desacelerar a discussão na Câmara de Vereadores; hoje veio aqui falar em respeito ao parlamentarismo, mas é recorrente que nós tenhamos, por parte da base governista, dos secretários que acompanham o plenário, uma intervenção direta na autonomia desta Casa. Não se respeita a discussão que é feita, é uma visão de democracia bastante limitada. Também foi exposto, inclusive, pelo prefeito Sebastião Melo, ontem, na coluna da jornalista Rosane de Oliveira: por um lado ele diz que defende a democracia, mas, por outro, lista um sem número de questões que, na visão dele, não pode. Manifestação política, não pode; crítica às suas ideias, de maneira muito limitada, por isso este plenário segue vazio. Enquanto os espaços da administração pública funcionam de maneira praticamente normal, o setor privado também, aqui na Câmara de Vereadores nós não temos acesso ao plenário desta Casa para que as pessoas se manifestem. Isso está equivocado, é um péssimo sinal para a gente iniciar uma discussão sobre conselhos que vão discutir temas como habitação, até porque nós sabemos que, ao longo da história, na cidade de Porto Alegre, a política mais efetiva para garantia de habitação popular foi a auto-organização da periferia através de ocupações, de reivindicações para garantia de teto aqui na nossa cidade. Esse é um tema muito importante no momento em que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto aqui em Porto Alegre está ocupando um terreno da União, que está lá destinado como área de interesse social, que o governo federal não deu nenhuma destinação até o momento e que está prestes a ser leiloadado, inclusive. É o terreno da Av. Azenha, 1018, está ali, hoje, tendo uma função social, fazendo valer o que está escrito na Constituição Federal, que é a garantia de que os espaços das nossas cidades e do campo tenham função social, que estejam de acordo com as necessidades da população. Aí vem a Ver.^a Nádia, sobe nesta tribuna para tentar criminalizar o Movimento, para tentar dizer que são invasores. Pois bem, vá lá na Av. Azenha, Ver.^a Nádia, e explica para a comunidade da região qual é a sua proposta para um terreno que está lá abandonado, cheio de lixo e que agora tem vida, agora tem uma função que é servir alimentação para a população daquela região, que é onde se concentra a maior parte da população em situação de rua da nossa cidade.

Isso é um elemento importantíssimo para a gente pensar na discussão dos conselhos aqui em Porto Alegre, importantíssimo!

Sobre participação popular, não tem política de habitação na cidade de Porto Alegre sem a garantia de participação popular, e essa vereadora que vem aqui apresentar o requerimento é talvez, aqui na Câmara de Vereadores, nossa companheira Bruna, aquela vereadora que mais tem medo da participação popular. Quando se fala em galeria para discutir o projeto, é contra; quando se fala em protesto na rua para defender a liberdade democrática e direito social, é contra; agora vem aqui querer acelerar uma discussão sobre um tema que não há nenhuma proposta concreta discutida até o momento, e é central, num momento de pandemia, de aumento da desigualdade social. Olha, eu acho um absurdo, um absurdo que a discussão... Secretário André Machado, eu tenho total respeito pela sua figura, inclusive há pouco comentamos aqui sobre o espaço de moradia da cidade de Porto Alegre, que é o Condomínio Princesa Isabel, essa região da área central precisa muito da atenção do poder público, mas da forma como os trabalhos estão sendo conduzidos...

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Cecchim, queria uma questão de ordem.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Se for questão de ordem, o senhor fundamente, por favor.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): O meu fundamento é o seguinte, o Ver. Cassiá não pode emitir juízo sobre o trabalho de um vereador numa questão de ordem, como ele fez. Porque, do contrário, eu também vou emitir juízo...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ele fez um aparte, vereador.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Cecchim, só para deixar claro que eu acho que em questão de ordem, como foi o caso do Ver. Cassiá – que é presidente da CUTHAB –, ele deve ser cuidadoso. O secretário André Machado sabe muito bem, por exemplo, o nível de participação ativa que eu tenho na questão da habitação, e eu não fico julgando o Ver. Cassiá como despachante do governo na condição de presidente da CUTHAB. Ele tem que respeitar, e a questão de ordem tem que ser respeitadora, e não como fez o Ver. Cassiá.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Pois não, Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, também uma questão de ordem muito breve, no sentido de que não cabem essas questões, o que fez o Ver. Cassiá, veio aqui falar de um colega numa questão de ordem, é absurdo, não pode; não pode! Tem

que ter a mão forte de Vossa Excelência. Eu achei um excesso cortar o microfone do Ver. Matheus na tribuna, mas o Ver. Cassiá vem falar de um colega, o que não era questão de ordem, e o senhor...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem, obrigado, vereador. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Idenir Cecchim, vereadoras e vereadores, eu quero fazer um registro, dizendo que nós não votamos qualquer coisa, viu, Ver. Robaina? Então, se o senhor quer respeito, que respeite as nossas posições, e nós não somos despachante do governo, nós temos votado, muitas vezes, na própria bancada – e eu sou feliz em pertencer à bancada do MDB –, com votos diferentes. Esse registro eu queria fazer: que o senhor nos respeite.

O projeto é importante, porque ele trata de um conselho gestor, que é muito importante para as decisões, os encaminhamentos, e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Eu quero, Sr. Presidente, registrar hoje a nossa ida à Vila dos Herdeiros, ver o trabalho do secretário André Machado, seus assessores indo de casa em casa, registrando famílias, seus animais, para poder fazer esse remanejamento para uma vida mais digna. Falam aqui que parece que tudo foi resolvido, mas nós temos quase 800 vilas na periferia, e quem anda na periferia eu tenho certeza que observa as dificuldades que se tem. Não foi o governo atual, não foi o anterior; isso é coisa de muitos anos, como na Vila dos Herdeiros, têm casas com mais de 14 anos, na beira lá do valão, em condições desumanas. Também, já que eu lido na causa animal, que se trata também de habitação, nós vimos animais acorrentados na beira do valão, e aquele valão subindo, jamais vai ter como se tirar aquele animal de lá. Eu sou sensível aos humanos, sou sensível aos animais, acho que é um bom projeto, temos que resolver, temos que fazer andar, o DEMHAB precisa trabalhar, precisa remanejar essas pessoas, tem oportunidades, e vamos votar favoravelmente. A Comandante Nádia, vice-líder do governo, tem a sua atribuição – enquanto o presidente está presidindo, que é o líder do governo – de apresentar o projeto, e não vejo por que ser ofendida aqui, porque se antecipou, etc. Alguém tem que apresentar, então quem está nas lideranças que apresente. Quero dizer que, sobre a habitação, eu também tenho essa preocupação, porque sempre quando somos chamados para uma demanda, você vai lá e tem um problema social. Eu não vejo essa solução que falam, vejo que as pessoas construíram e não tem nem espaço muitas vezes para ter uma locomoção, como hoje nós temos realojamentos, reassentamentos, que começaram no governo anterior – sem problemas para falar aqui, nós temos que fazer justiça. Quero parabenizar o nosso secretário, seus assessores e o governo por estar fazendo esses encaminhamentos positivos que são bons para as pessoas e para terem uma vida melhor. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, colegas. Eu venho encaminhar contrariamente ao requerimento da Ver.^a Comandante Nádia, porque, mais uma vez, este é um projeto que não se encontra na ordem do dia e que, de uma forma inclusive grosseira, a vereadora impõe mais uma vez a sua maioria. Eu tenho muito apreço pelo DEMHAB, afinal de contas foi na luta pela moradia que também me construí militante, que também me construí uma ativista da cidade. De forma democrática venho utilizar esta tribuna para dizer que a Ver.^a Nádia se acomodou com uma forma de construir muito pouco democrática, porque sempre se utiliza da grosseria para ofender, para descredibilizar discursos de colegas, e quando descredibiliza, descredibiliza também a história e a construção de quem está aqui, construindo, de forma muito democrática. Eu tenho muito apreço pelo secretário do DEMHAB, conheço a sua trajetória, sei do entendimento que tem sobre a cidade, mas nesse projeto específico tenho a minha posição, votarei inclusive contrariamente, porque um conselho... Já falei aqui da inversão inclusive do projeto, de se ter um conselho deliberativo e não consultivo, como foi transformado, e agora o projeto vem de uma nova inversão, que é a redução da participação, ao contrário do fortalecimento da construção popular e participativa, que essa nós acreditamos, mas de qualquer forma respeito a construção do secretário. Agora, a Ver.^a Comandante Nádia precisa entender que não está no quartel e que nós não somos seus soldados, que nós somos seus colegas, e que não será na base do grito e na base da coração que ela vai fazer com que as coisas aconteçam. Mesmo que não tenhamos correlação de força para derrotar o requerimento, nos manifestaremos contrariamente a toda e qualquer forma de discurso que oprima a condição dos vereadores e das vereadoras de utilizar esse espaço para se manifestar, para manifestar os seus anseios, manifestar os anseios dos seus, que constroem a política participativa da cidade. Eu não concordo; a vereadora exige um respeito que não dá, quando utiliza esta tribuna para falar, para ofender, para apontar, não utiliza para construir. É como se a gente, por muitas vezes, tivesse que ouvir calada os discursos raivosos. Não, vereadora! Vai ter que aprender a construir para que, a partir daí, tenha um respeito mútuo, respeito que a senhora precisa ter frente aos colegas, para daí poder adquiri-lo. Eu me sinto sempre ofendida quando a senhora utiliza a tribuna para desrespeitar, para desconstruir histórias. Enquanto a senhora for essa pessoa que desconstrói histórias, nós seremos os resistentes que manterão as nossas histórias firmes, empáticas, e o seu conhecimento não é superior ao de ninguém aqui. É dessa forma desrespeitosa que a senhora se manifesta sempre, e é por isso que nós nos manifestaremos toda vez que nos sentirmos desrespeitados. Se a senhora desrespeitosa for, desrespeitosamente terá os colegas aqui se utilizando da tribuna para corresponder. De forma muito tranquila eu sei que a tribuna é um espaço que nós utilizamos para fazer os nossos discursos, para falar das nossas convicções. Eu votarei contrária ao projeto, e votarei, a partir da minha bancada, também contrária ao requerimento da vereadora,

porque acredito que o requerimento nos faz, mais uma vez, discutirmos um projeto que não estava na ordem do dia. Toda a sessão é um novo projeto que o governo impõe e que a gente não consegue fazer com que as coisas corram da forma que é acordado, da forma que é construído.

Então, Ver.^a Nádia, se deseja respeito, precisa respeitar.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não sei se o secretário André Machado está aí ainda, mas está escutando se não estiver presente. Para o senhor ver, secretário, como é que são as coisas, o PCdoB, esse partido que teve a honra de o senhor ter participado por um tempo lá, brilhantemente como sempre, se encosta em vossa excelência para fazer *selfie*, se encosta e vota contra; elogia no privado, ataca na tribuna e vota contra! Esse é o PCdoB! O puxadinho do PT, o puxadinho da Dilma, o puxadinho do Lula! É um puxadinho, depois não podemos estranhar as atitudes.

A Ver.^a Nádia pediu, em nome do governo, e não foi desrespeitosa no pedido, quando ela veio à tribuna, para falar em nome do seu partido. Ela falou em nome do seu partido quando fez o requerimento em nome do governo – eu estava presidindo – e o líder do governo e a vice-líder atuam de comum acordo. Então, não é porque um estudante chamava todo mundo de canalha ontem, eu estava lá, Ver. Jonas, aliás, V. Exa. e a deputada de Veranópolis, até esqueci o nome agora, de uma família aristocrática de Veranópolis, a ex-vereadora Sofia Cavedon estava lá também, eu achei que, com a chegada da Dep. Sofia Cavedon, ia se restabelecer um pouco do respeito, mas não, piorou. Podiam ter feito de outro jeito. Não, faltaram com o respeito com a Comandante Nádia, com o prefeito, faltaram com o respeito à cidade. Lá estavam muitas pessoas de idade, Ver. Cassiá, felizes por poderem comemorar os 250 anos de Porto Alegre. Felizes! E aí aparece o Simpa, esse sindicato que cresce igual a rabo de cavalo, para baixo! Esse sindicato cresce igual a rabo de cavalo, sempre para baixo, no atraso. Estava o Ver. Jonas fazendo essa mirabolância, até fez de conta que nem me conheceu direito, me cumprimentou meio assim, para não ficar mal com os companheiros dele – meu amigo aqui no plenário, mas lá ele não me conheceu direito, ele fez de conta que estava passando uma assombração na frente dele. Eu sei, vereador, mas os seus colegas que estavam lá, raivosos, chamando todo mundo de canalha, chamando o prefeito de canalha... É, esse que fez um BO contra uma vereadora! Mas onde é que nós estamos? Cadê o respeito? Esse cidadão não tem respeito nem por ele, não teve respeito nem por quem estava lá na Redenção! E não terá respeito, eu acho que

ele não vai ter respeito. Que estudante é esse, afinal? O que ele estuda? Há quanto tempo ele está estudando? Não sabemos. Mas ele fez um BO contra a Ver.^a Comandante Nádia, que está com uma preocupação! Eu estou vendo aí vereadora que a senhora está preocupada com esse BO, muito preocupada... Porque todas as pessoas que estavam no parque, menos o Simpa, viram a barbárie que esse pessoal fez, as bobagens que eles diziam toda hora, a falta de respeito que eles têm pelas pessoas e pela cidade. Isso nós não precisamos fazer como eles, ameaçar; isso não vai passar! Nós deixamos passar porque somos democráticos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Presidente Márcio, já estou contemplado com a fala do meu líder, Ver. Idenir Cecchim. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Pergunto se mais alguma bancada encaminha? (Pausa.) Não há mais inscritos. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 23 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, votaremos agora, imediatamente, esse projeto?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim, ele passa a incluir a Ordem do Dia.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Mas ele é o imediato?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PSOL): Sim, com 23 votos a 10, está aprovado, está incluído.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Então me inscrevo para discutir.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Primeiro nosso diretor legislativo vai apregoar algumas matérias.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda n° 01, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLCE n° 010/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda n° 01 ao PLCE n° 010/21.

Apregoo o Ofício n° 2345/21, encaminhando o PLE n° 034/21.

Apregoo o Ofício n° 2346/21, encaminhando o PLE n° 035/21.

Apregoo o Ofício n° 2347/21, encaminhando o PLCE n° 022/21.

Apregoo a Emenda n° 03, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, ao PLE n° 011/21.

Apregoo a Emenda n° 17, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLE n° 015/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda n° 17 ao PLE n° 015/21.

Apregoo a Emenda n° 18, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLE n° 015/21.

Apregoo a Emenda n° 19, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLE n° 015/21.

Apregoo a Emenda n° 20, de autoria do Ver. Pedro Ruas, ao PLE n° 015/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda n° 20 ao PLE n° 015/21.

Apregoo a Emenda n° 21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, ao PLE n° 015/21.

Apregoo requerimento de autoria da Ver^a Cláudia Araújo deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda n° 11 ao PLE n° 015/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, solicitando retirada de tramitação da Emenda n° 20 ao PLE n° 015/21.

Apregoo a Emenda n° 22, de autoria do Ver. Pedro Ruas, ao PLE n° 015/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda n° 22 ao PLE n° 015/21.

Informo que as emendas apregoadas não necessitam ser submetidas à apreciação de Comissões Permanentes, pois a proposição tramita nos termos do art. 81 da Lei Orgânica do Município.

Apregoo as Emendas n^{os} 02 e 03, de autoria do vereador Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, ao PLL n° 012/16.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS EL (PDYT): Em votação o requerimento, de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando a dispensa do envio das Emendas n^{os} 02 e 03 ao PLL n° 012/16 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0573/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 010/21, que altera o *caput*, os incs. II e III e o § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 612, de 19 de fevereiro de 2009, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e institui seu Conselho Gestor, alterando a sua composição. (SEI 118.00166/2021-32)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 15-09-21 por força do art.81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS EL (PDYT): Em discussão o PLCE nº 010/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra. O vereador Dilamar Machado, pai do nosso secretário, André Machado, foi meu colega ou eu fui colega dele, uma pessoa extraordinária, basta dizer como eu já disse aqui, André, eu gosto de repetir, que lá em 1966, quando foi assassinado, sob tortura, o sargento Manoel Raimundo Soares, a sua viúva era perseguida, Ver.^a Laura Sito, em toda a Porto Alegre, pelo Exército, pela polícia, pela brigada, e um casal lhe deu guarida: Dilamar Machado e Lea Machado. E como eu disse e tenho dito sempre, com muito orgulho, faz parte da história, e o André sabe o que eu penso sobre isso; a minha admiração.

Mas esse projeto tem uma questão central, o que pretende o governo, Ver. Cassiá? Pretende a diminuição do número de conselheiros. É um direito do governo? Sim. Mas qual é o argumento do governo, Ver. Freitas? É que o conselho não se reúne. Bem, eu participei de inúmeros conselhos, não só dos nossos mandatos que temos aqui na Câmara ou na Assembleia, como o Cassiá, o Oliboni também, mas eu fui conselheiro da OAB, fui conselheiro do Grêmio, fui conselheiro de não sei quantas entidades; há um número limite de ausências toleráveis, acima desse limite, é excluído. O que teria que haver nesse período? Eu fui confirmar com o secretário André Machado, não houve uma reunião do conselho gestor do fundo neste ano – tem R\$ 20 milhões para serem distribuídos. É claro que é uma irresponsabilidade – todos nós concordamos. Mas este projeto não resolve a questão, este projeto modifica, diminui, mas ele não penaliza o

ausente. Falta uma emenda ali, Ver. Cassiá, e pode ser de V. Excelência... Ele não penaliza o ausente. E se continuar se ausentando? Muda de nove para seis, mas se os 6 não se reunirem, como é que faz? O projeto muda de nove para seis, diminui a representação popular, ficam três do governo e três indicados pelo Coonahap, mas se não comparecerem, como é que fica? Não tem previsão ali de punição, não tem previsão de exclusão, não tem nem de multa, não tem nada. Então, vai dar no mesmo, só vai diminuir; passa de nove para seis, mas se os seis não se reunirem? Como é que faz? Tem R\$ 24 milhões para entrar agora.

Então, o problema, na minha opinião, vereador líder do governo, Idenir Cecchim, é o mérito do projeto. É óbvio que o secretário André Machado é o melhor nome que o governo poderia ter para essa área, e sempre parabeno V. Exa. pela gestão, um grande trabalho, faço questão de dizer isso como líder da oposição, mas esse projeto tem um problema na sua concepção que não é de V. Exa., deve ser da Procuradoria do Município, ou da assessoria jurídica, porque, se são nove que não se reúnem, quem garante que seis vão se reunir? Não há penalidade alguma, não há multa, não há advertência, não há exclusão, não há nada. Os nove não se reúnem, então vamos mudar, vamos fazer seis, e daí? Pode fazer dois, se ninguém vai, dá no mesmo. O projeto peca nesse sentido. Não é que esteja errado tirar A ou B, nós queremos, o PSOL, fizemos emenda, o Ver. Matheus acompanhou, colocando uma representação dos quilombolas e uma, dos indígenas. Nós queremos essa representação, queremos, mas isso é um debate nosso, assim é o PSOL, assim nós queremos.

Mas a questão é outra, o debate é do próprio projeto, e concluo Presidente, repito: diminuir o número de conselheiros não garante presença em reunião. Mas isso é em todos os lugares do planeta, não é um conselho menor que garante, não é. É o compromisso com a causa, e, lamentavelmente, o ser humano é assim também, algum tipo de reprovação pela não participação e com amplo direito de defesa, porque eu posso ser conselheiro, digamos, não estou dizendo que é o caso, mas, em outros casos, eu já vi acontecer, eu posso ser conselheiro de uma entidade e não ser convidado ou convocado ou mandarem para o endereço errado ou sei lá o quê, e eu não saber e aí não vou. Então, penalidade? Sim, com amplo direito de defesa, mas não é mudando o número que se garante a presença. Por isso, não sendo essa a solução do problema, mas reconhecendo que há um problema e que há um dinheiro, R\$ 20 milhões a serem utilizados na habitação e mais R\$ 24 milhões chegando a cada ano, nós precisamos ter uma solução para esse problema, apenas não é essa, mas alguma solução nós temos que dar. O dinheiro da habitação é sagrado.

E eu quero dizer, finalizando, o seguinte: secretário André Machado, Presidente Márcio Bins Ely, este País teve inúmeros projetos habitacionais, na sua maioria fracassados, algum que outro foram melhores, como é o caso do Minha Casa, Minha Vida; mas só tem um que funcionou efetivamente no Brasil inteiro, que é a ocupação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Nem tudo que parece é, mas, de fato, o projeto chegar aqui no solavanco, um projeto que poderia ser dialogado com a oposição, inclusive gostaríamos de entender qual é a proposta do governo. Por que a diminuição? E por que a diminuição neste formato? Gostaria que, ao longo da discussão, isso pudesse ser explicitado. Para nós, mudar de nove para seis, assim como o Ver. Pedro Ruas bem falou, não conseguimos compreender como isso ajudaria na garantia do funcionamento do conselho, tampouco entendemos porque dos nove para seis se manteriam as três representações do governo, se diminuiria de três para um a representação de classe, e de três para dois, as indicações dos movimentos populares.

É importante a gente salientar algumas questões. Primeiro, a de método. De fato, uma pauta como essa vir para o requerimento, ainda que compreendamos a dimensão da urgência, etc., ela, mais uma vez, corrobora uma cultura que torna a Câmara apenas um cartório do governo. Nós compreendemos que ela não tem essa vocação e não deve ter essa atuação. Ela deve servir como agente fiscalizador, auxiliar na elaboração para a cidade, e não somente ser uma chancela. Essa é a nossa primeira questão. A segunda questão é a forma como chegou. Chegar por forma de requerimento, chegar com a vice-líder do governo gritando pelo plenário não faz nenhum sentido, inclusive com a proposta que o governo apresenta, Ver. Pedro Ruas. Há uma destoaância entre um prefeito que acabou de vir aqui entregar uma discussão importante sobre o Centro Histórico e um método que o governo reproduz nesta Casa Legislativa, porque esse projeto, esse tema, ele é muito importante.

O Fundo Municipal de Habitação se relaciona diretamente ao debate do interesse social da população, especialmente daqueles de mais baixa renda. Não é um tema menos importante. Por isso a questão da participação se faz tão fundamental numa cidade como a nossa, onde imperam os interesses da especulação imobiliária. O debate sobre reduzir a participação popular no conselho *versus* a compreensão programática que está à frente da Prefeitura, para nós, na verdade, se torna ainda um reforço majoritário da ideia de liquidar com a participação social na cidade, de todas as formas, ainda mais numa questão tão relevante. Nós temos, em Porto Alegre, um conjunto de terrenos e habitações que não cumprem a sua função social, aquela que está garantida no art. 5º da Constituição, que deveria garantir uma condição de vida para a população, com qualidade, com direito à moradia, com vida digna. Portanto a participação dos movimentos sociais, dos movimentos populares, o debate sobre o Fundo Municipal da Habitação é um ambiente fundamental para a participação. É possível debater habitação, uma política de habitação no Município de Porto Alegre, quando se reduz a participação dos movimentos sociais? Eu acredito que não. E o projeto, exatamente, o que ele faz é isso, é diminuir a participação social, prejudicando o espaço democrático de debate em nossa cidade. O governo tira assento dos conselhos de quem mais interessa.

Queria, para concluir a minha intervenção, me relacionar exatamente a essa ideia. Nós não estamos falando, na minha compreensão, sobre o funcionamento mais equilibrado e mais eficiente do conselho, não estamos falando sobre um conselho que não funciona e, por isso, deve ter enxugado. Nós estamos falando sobre um conselho que será enxugado e que será enxugado na parte que tem maior interesse no debate, que são os movimentos populares, que é quem precisa de habitação. Nós estamos falando de uma cidade que tem um déficit habitacional gigantesco e que tem uma série de propriedades que não cumprem a sua função social. Portanto, limitar a participação popular neste espaço de debate, de fato, é um atentado contra essa população, a população que precisa de moradia, é disso que nós estamos falando. Um debate, Ver. Pedro Ruas, que nós fizemos lá na reforma administrativa do governo Melo, no início do governo, que retorna para cá, no mês de outubro, que é no qual nós estamos entrando esta semana, o mês dez, chegar aqui e dizer que o conselho não se reuniu nenhuma vez este ano é grave, é muito grave. Nós não estamos nos furtando a auxiliar no debate sobre isso, mas estamos dizendo que a forma, o método como está sendo feito o debate está equivocado e revela uma intencionalidade, uma visão que é antidemocrática.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Colegas, Ver. Cecchim, no comando dos trabalhos; mais uma vez, venho utilizar a tribuna de forma a discorrer um pouco mais sobre o projeto que trata da redução da participação de entidades no conselho consultivo do DEMHAB. Esse projeto, que deveria estar pensando uma ampliação da participação popular, hoje, por forma, tenta reduzir a participação. Eu acho importante contextualizar, porque nós precisamos olhar para o tempo e fazer algumas reflexões. Se a gente for olhar o ano passado e pensar que, ainda sob a administração do prefeito Marchezan, nós tínhamos um conselho completamente ineficaz, eu, como militante do movimento social, posso falar com muita propriedade, porque muito ouvi a reclamação das entidades. A gente, que tem essa militância, essa militância gratuita, por sentimento de entendimento da necessidade da participação popular, sabe que um conselho pode ser muito construtivo se tiver a colaboração do governo e da sociedade. Mas um conselho, quando não há uma escuta do Executivo, pode também ser mais um conselho e mais um espaço de grandes discussões, porém sem nenhum encaminhamento. Eu acho que a gente precisa olhar para o ano passado e pensar qual era o modelo de administração que nós tínhamos, porque nós vamos também ter um extrato de qual interação popular nós tínhamos a partir desse governo.

No ano passado, nós ainda tínhamos um governo que pouco discutia com as manifestações populares, que pouco discutia com o movimento social e que, menos

ainda, recebia as lideranças populares e comunitárias. Eu, mais uma vez, falo de forma muito respeitosa e entendo as manifestações do Executivo, mas penso que a primeira estratégia do Executivo deveria ser recuperar as entidades, fazer com que elas se sentissem parte do conselho, fazer com que elas enxerguem o conselho como um grande instrumento de participação em vez de reduzir esse instrumento, porque é quase como a gente pensar que vai seguir fortalecendo um instrumento que não constrói, pelo contrário, que desconstrói. O governo Marchezan, para as comunidades, para as entidades sociais, foi um governo desastroso. O ano passado foi um ano de enfrentamento da pandemia, em que as comunidades andaram sós e tiveram como instrumentos solidários somente os seus. Foi de nós para nós. A solidariedade, ela veio dos comuns, dos iguais, daqueles e daquelas que entendem o que é a fome, daqueles e daquelas que entenderam que dessa pandemia ninguém sai sozinho, mas que não foi uma iniciativa popular, nós não tivemos grandes iniciativas do governo. Quem imagina que o movimento social é burro? Ninguém imagina. Portanto, é claro, secretário André, que as entidades não participavam, é claro que nós tínhamos um conselho com baixa participação. Mas qual a interação que obtiveram a partir deste ano? Qual a construção que obtiveram a partir daí? Quais foram as formas de fortalecer a participação que o Executivo municipal, nesses nove meses, teve para que ampliasse a participação? Eu acho que isso é importante a gente discutir, para que a gente olhe para um projeto como esse, inclusive, fortalecendo com instrumentos para que o embase, para que ele se torne mais forte. Eu fiz emenda ao projeto anterior no sentido de fortalecer a participação popular, de fazer com que o Executivo entenda que um conselho somente consultivo, ele enfraquece a iniciativa popular. Um governo deliberativo faz com que os cidadãos, as cidadãs, as entidades que participam se sintam fortalecidos, engajados para fazer essa que é uma militância. É preciso que a gente entenda.

Também quero dizer aqui, Ver. Cecchim, de forma muito respeitosa, nós somos colegas, eu tenho muito respeito por ti, que esses ataques de “PCdoB puxadinho do PT”, que essas coisas, que são coisas da baixaria da política, isso nós não... Eu sou uma pessoa muito tranquila, e a gente sabe, eu entendo o teu papel de líder do governo aqui, isso não nos afeta. Nós temos muita tranquilidade sobre quem nós vimos representar e o qual é a nossa construção aqui. Essa construção nós respeitamos. Eu estou falando do fortalecimento de um conselho que deveria ser deliberativo, para que o movimento social se sentisse protagonista e pudesse construir. Quero dizer que nós nos manifestaremos contrários e nos manifestamos contrários com muita tranquilidade. E esses ataques que vêm de forma rasa, nós também encaramos com tranquilidade, porque é assim que, infelizmente, a política tradicional se manifesta. Eu faço parte de uma política que visa, que pensa um olhar mais respeitoso, mais carinhoso, mais fraternal. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Só para registrar que lhe dei 1min20s a mais, para poder falar sobre a minha intervenção. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Cecchim. Eu confesso o seguinte, infelizmente não pode o secretário usar a palavra, para explicar as razões pelas quais ele quer reduzir o conselho, porque o argumento usado por todos os vereadores que me antecederam foi um argumento muito forte. Um conselho que trata da questão urbana e que tem financiamento, recursos para poder tomar decisão sob a sua responsabilidade, ele tem que ter mais participação popular; não menos. E me chama a atenção que, pelo que eu saiba, esse conselho foi eleito em 11 de agosto, então, em 11 de agosto foi eleito o conselho e já querem reduzir a participação. Isso me chama muito a atenção. Eu sei que o Instituto dos Arquitetos do Brasil tem assento no conselho. Eu estou começando a suspeitar que não há interesse em que os arquitetos tenham conhecimento do que está ocorrendo, que a Prefeitura não esteja interessada em dar transparência para suas políticas públicas e para a utilização dos recursos, porque, nessa proposta de redução, fica claro o seguinte: não reduz os organismos do governo. Os órgãos do governo não têm redução alguma, ao contrário, eles se mantêm, porque dos nove atuais, o governo tem um terço, e, dos seis, o governo vai seguir tendo agora três, então, vai seguir tendo o mesmo número de cadeiras no conselho. Onde é que se perde? Vai se perder nas entidades do movimento popular, porque os empresários têm assento também. Por sinal, parece que Sinduscon tem muito peso aí, não é? Chega em qualquer horário, é eleito, os empresários da construção civil parecem que têm uma cadeira cativa junto ao governo, mas os movimentos sociais não. Isso me preocupa, porque o Instituto dos Arquitetos não poder ter o controle do que está ocorrendo é grave, pois o Instituto dos Arquitetos é uma elite, no bom sentido da palavra, uma inteligência. Não tem como se fazer políticas públicas realmente democráticas e de interesse público, se não tiver o envolvimento da inteligência da cidade. E os arquitetos são a expressão disso, não apenas eles, mas os arquitetos são muito importantes num conselho como esse.

Também me chama a atenção que um conselho que foi eleito em 11 de agosto já tenha uma política do governo de redução de participação, fazendo com que o governo tenha um controle ainda maior, não bastando já ter o apoio dos empresários, coisa que sempre tem. O governo tem feito muito da sua política habitacional em negociações com os grandes empresários sem escutar o movimento social, sem escutar os arquitetos.

A gente viu o anúncio do Plano Diretor, como o governo tem trabalhado nesse sentido. Eu creio que não deveria ser assim, que a cidade deveria ser escutada. Portanto, a redução na participação desse conselho é um déficit democrático, mais um que nós estamos aumentando, e aumentar o déficit democrático não é bom para a cidade. Infelizmente, o propósito do governo parece realmente ser esse, para diminuir o controle social. Infelizmente. Espero que a Câmara não aprove, mas a gente não tem

sido muito otimista com os resultados da Câmara de Vereadores. Obrigado, Presidente Cecchim.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Nós enxergamos com muita preocupação a proposta que está em debate, porque o conselho gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social é muito importante para a gente poder pensar políticas públicas para um direito elementar da nossa população, que é a possibilidade de ter um teto para viver com dignidade. Na cidade de Porto Alegre, nós temos várias questões para tratar nesse campo: o déficit habitacional, as pessoas que hoje estão em situação de rua, o problema da regularização fundiária. Nenhuma dessas questões, ao longo da nossa história, foi solucionada pelo poder público sem o debate intenso com a sociedade civil, especialmente com os movimentos populares das periferias e da luta pela habitação. Em momento algum, nós tivemos alguma situação de impacto na nossa cidade que foi solucionada de outra forma, mas com participação popular. Foi assim, por exemplo, na ocupação que fez surgir a Cohab Rubem Berta, foi assim na formação do bairro Parque dos Maias, foi assim para nascer o Condomínio Princesa Isabel, o Lupicínio Rodrigues, a Vila Planetário. Foi fundamental a participação popular para o processo de urbanização na Restinga, na Lomba do Pinheiro, que aconteceu, muitas vezes, através do Orçamento Participativo, que era um instrumento importante para a discussão dessa pauta. Hoje, por sinal, está muito enfraquecido, com as suas assembleias sem funcionamento regular, com cada vez mais orçamento, que é aquilo que deu a sua origem, a possibilidade de a população, de maneira auto-organizada, ter poder sobre as finanças municipais. Isso, infelizmente, está hoje praticamente enfraquecido, nulo. Então, neste momento, restringir principalmente...

O Robaina falou muito bem agora sobre as entidades de classe e a importância, por exemplo, do IAB, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, que, aqui no Rio Grande do Sul, tem uma atuação muito forte, muito consistente na discussão do planejamento urbano e ambiental da nossa cidade, com uma preocupação social muito bem definida também. Agora, as entidades do movimento popular, neste momento, nós deveríamos estar discutindo aqui a ampliação da participação delas, e não a sua restrição. Isso não faz bem para a cidade num início de gestão, como a gente está vivenciando. Não faz bem.

E aí eu quero abordar, para finalizar, secretário André Machado e todas e todos que nos assistem, que nós não vamos votar favorável neste momento em nenhuma proposta sobre qualquer tema que restrinja a possibilidade de participação social, nenhuma proposta, porque o contexto que nós vivemos em Porto Alegre e em nível nacional é de restrição às liberdades democráticas. A democracia brasileira, neste

momento, está sob ataque, se discute a possibilidade de golpe, se questiona a validade do processo eleitoral, e esse problema vai se espraçando por diferentes instituições. Eu recebi, nesses quase dez meses de legislatura, reclamação do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho de Assistência. Na semana passada, nós fizemos, na CEDECONDH, uma audiência, para ouvir o Conselho Municipal do Idoso. Há um grave problema na cidade de Porto Alegre sobre a validação desses espaços que deveriam fortalecer a democracia. Para concluir, nenhuma proposta que restrinja a participação popular neste momento vai ter o voto da bancada do PSOL. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Ver. Cecchim, comandando os trabalhos; olha, quem está nos assistindo em casa, quem está vendo a sessão da Câmara, por que é que discutem tanto, Cecchim, discutem tanto a mesma coisa? Pois é. Primeiro, se discutiu o requerimento. Para quem está em casa entender: o governo tem a prerrogativa de colocar, a qualquer momento, um projeto de urgência. Para colocar à oposição, o projeto não é da Ver.^a Nádia, é um projeto do governo que está aqui com o seu secretário André Machado. O secretário sentiu muitas dificuldades num conselho de nove, em que essas pessoas não compareciam. Consequentemente, ele está fazendo uma modificação com a sua prerrogativa, e esta Casa deve votar “sim” ou “não”. Ver. Ruas, a nossa diferença é que vocês protelam, protelam, protelam, discursam, discursam, discursam, e nós queremos agilidade. É o que diz o projeto, é para causar agilidade. O cidadão está cansado de uma cidade amarrada, tudo não pode fazer, porque tem que consultar isso ou aquilo. Não, de nove para seis vai dar mais agilidade. É isso, como foi dito. Nós temos lá R\$ 20 milhões parados. Essas pessoas não se reuniram em 2020, como disse o secretário André Machado, e nós já estamos em 2021. Tenho certeza absoluta de que, se os senhores estivessem no governo, queriam agilidade. Mas, como aqui nós brigamos entre situação e oposição, a oposição quer protelar, protelar, protelar e, se possível, até não votar. Essa é a única diferença que nos separa. Quando está na Ordem do Dia, nós queremos votar, e vocês querem protelar, empurrar com a barriga, não votar, até porque têm minoria, vamos ser conscientes. "Ah, quem tem maioria não pode ganhar e quando ganha é porque todo mundo foi a reboque do governo." Não, é porque nós queremos agilidade, nós queremos desamarrar essa cidade, que está amarrada e que vocês ajudaram a amarrar. Essa é a questão. Não tem cabimento uma secretaria, com um potencial enorme da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, não funcionar, não ter agilidade. E eu vejo, já disseram aqui, se não me engano foi o Cecchim, vários vereadores, volta e meia, conversando com o André, o André com a sua capacidade de harmonizar, buscando entendimento, buscando saída, dialogando. Isso facilita não só a situação, facilita vocês,

oposição, e facilita a sociedade. Essa é a nossa diferença só. O Ver. Robaina falou, mas ele não sabia que já teve uma audiência pública, que lá foram debatidos todos os problemas? Sim. Não tenho nada contra o Robaina, até é meu amigo, o Ruas também, nós temos divergências políticas só. Então, nesse aspecto, eu acho que esta é a nossa diferença: o que está na Ordem do Dia nós queremos votar, aí vocês dizem que é açodadamente, que estão empurrando a coisa sem discutir, quando, na realidade, a maioria das vezes, já passou até por comissões, como a CCJ, enquanto vocês têm a tese de que discutir, discutir, amarrar, protelar, empurrar com a barriga, e a coisa não acontece. Essa é a nossa diferença só, nós queremos uma política de agilidade para a cidade. Devemos desamarrar a cidade, coisa que vocês entendem diferente. Só isso. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver. ^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, me inscrevi também para debater este projeto, no sentido de que os camaradas da oposição já vêm levantando. O problema dos conselhos não é um problema recente, há muito tempo os conselhos deixaram de ter um caráter participativo, de elaboração, de representação, acho que na gestão do Marchezan foi o cúmulo da negação das próprias representações do governo em estar compondo alguns conselhos, o que inviabilizou projetos, inviabilizou avaliações, balanços e fiscalização necessária, porque esse também é o papel dos conselhos, e isso reflete muito essa lógica da cidade, que se desenvolve – e aí não é também um retrato da gestão do Melo –, desde sempre Porto Alegre se desenvolveu na lógica da moradia para garantir os interesses da construção civil e da especulação imobiliária. Os bairros periféricos que foram citados pelos vereadores são parte de uma política que se construiu a mando de alguns para garantir os seus privilégios em espaços de maior valorização. Estamos agora, nesse momento, enfrentando a discussão sobre a construção das duas torres do Internacional, terreno que foi cedido pela Prefeitura de Porto Alegre, há um tempo atrás, com um objetivo específico, e hoje o poder público quer facilitar a vida desses megaempreendimentos com contrapartidas que são ridículas, o poder público não ganha nada com essa negociação. Isso é uma discussão que interessa o povo porto-alegrense. Para nós, não interessa a alienação das pessoas em relação aos rumos da cidade, para nós, quanto mais participação, e esse é o caminho mais difícil. A gente não quer só desburocratizar, Ver. Cassiá, para atender aos interesses da especulação imobiliária, a gente precisa garantir métodos de participação e de que as pessoas se entendam enquanto parte potente e sujeito da elaboração política dos rumos da cidade, porque desde sempre elas foram negadas a essa participação. Não é à toa que existe Restinga, não é à toa que existe a Lomba do Pinheiro, não é à toa que existe Mário Quintana, não é à toa que existem todos esses bairros no entorno da cidade, onde não têm saneamento, onde não têm

iluminação pública, onde não têm calçada, onde não têm vaga em creche. Isso é projeto, e aquilo que nós batemos aqui dentro desta Casa tem consequência. A segregação urbana que existe em Porto Alegre, a pobreza, a miséria, não é culpa das pessoas, isso são deliberações, e nós estamos deliberando por mais participação, por mais compromisso com a política. Nós temos que desenvolver isso no povo de Porto Alegre. Só a representatividade do voto está levando a nossa cidade para ser uma das cidades mais segregadas deste Brasil, racialmente, em relação ao índice de desenvolvimento humano, em relação aos espaços geográficos. Isso não nos interessa, não interessa à oposição manter esse modelo. E se hoje o conselho é o espaço que foi construído para garantir minimamente, de forma parca, a participação popular, nós temos que exigir que a participação popular esteja representada dentro desses espaços. Então é meio óbvio isso que nós estamos reivindicando aqui hoje. Não é a participação popular pela participação popular, é uma práxis, é uma metodologia para entender como têm que ser produzidas as políticas públicas da nossa cidade, não é só ser cartorial, como bem colocaram hoje aqui nesta tarde. O conteúdo do projeto restringe a participação e o método com que foi apresentado para discussão e para a votação reflete também muito o que diz este governo, um governo que diz uma coisa, mas que faz outra completamente diferente, e, para nós, oposição, é muito interessante que o governo seja assim, porque a máscara vai caindo e as pessoas vão conseguindo chegar também a esse entendimento, que não adianta ter o melhor discurso sobre a democracia, sobre a participação, sendo que na hora do fazer, na hora de dar exemplo, é completamente oposto daquilo que se diz defender. Essa contradição, para nós, oposição, é muito interessante, que exista uma vice-líder Comandante Nádia e que faça exatamente isso que ela faz, porque para nós isso é um furo deste governo, que quer criar uma aura de democracia e de participação, mas que de fundo é sustentado por aquilo que tem de pior e mais antidemocrático na política da nossa cidade de Porto Alegre. Por esses argumentos, então, que a gente vem defender que haja mais participação. Nós construímos, elaboramos emendas a este projeto, e acho que é importante que os vereadores desta Casa se sensibilizem a esse método de construção, a essa possibilidade que nós temos de realmente fazer com que a população de Porto Alegre construa ativamente a política, não só no voto de quatro em quatro anos, essa política representativa, para nós, também não nos interessa. Obrigada, Presidente Cecchim pelo tempo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/21.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Dando continuidade à discussão, eu não sei se está havendo alguma confusão, mas eu vou registrar o que não foi falado: este projeto teve audiência pública. Nos tempos anteriores se fazia uma audiência pública, todos tinham, os participantes, a oportunidade de se manifestar,

aqueles que se inscreviam dentro das normas do que é uma audiência pública, então, portanto, não podemos dizer que não foi discutido este projeto. Também dizer que o conselho consultivo, o Comathab, formado por fóruns de entidades de classe, movimentos sociais, é composto por: nove órgãos do governo, nove entidades de classe e nove entidades comunitárias. Então eu vou ler o que alguém falou sobre: IAB, Senalba, CAU, SAERGS, OAB, ONGs, Sindilojas, Sinduscon, cooperativa habitacional – essas são as entidades de classe do conselho consultivo. Também as entidades comunitárias, que são nove, que falam das regiões: Restinga e Extremo-Sul, sul e centro sul, Partenon e Lomba do Pinheiro, Glória e Cruzeiro, leste e nordeste, norte e eixo Baltazar, Ilhas Humaitá e Navegantes, região Centro e Cristal, e tem a *Temática Habitação, Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano e Ambiental*. Essas são as entidades comunitárias. E os órgãos do governo também são nove – no total são 27: DEMHAB, Secretaria da Fazenda, SMAMUS, SMPAE, SMGOV, CEF e mais ainda o SOP. Esse conselho consultivo, onde se trata entidades de classe, pode indicar um representante de entidades de classe no conselho; depois nós temos entidades comunitárias, que podem indicar dois representantes de movimentos sociais; e o governo, três, então tem uma paridade: três e três. Então eu não vejo por que tantas críticas, que parece que tudo está sendo destruído, e não, está aqui bem claro, é um documento que apresenta também sobre a audiência pública. E eu estou trazendo aqui que essa discussão já foi tratada e que não existe esta segregação, exclusão e terra arrasada, sendo que as entidades têm direito de indicar três e o governo três. Então fica explicado e esperamos que este projeto logo seja votado e aprovado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigado, Presidente. Acho que cabe a gente fazer uma explicação aqui, porque acho que tem alguns vereadores que não leram, realmente, o conjunto da obra desse projeto de lei, que é um projeto muito simples, aliás, um projeto que já teve audiência pública, que já estava nesta Casa há muito tempo. É importante a gente falar que o ano em que se teve a maior utilização de recursos do fundo foi em 2015, com a liquidação de R\$18,1 milhões; nos anos seguintes foram R\$ 8,7 milhões, em 2016; R\$ 2,2 milhões em 2017; passando para valores inferiores a um R\$ 1 milhão entre os anos de 2018 e 2020. Em 2018, por sinal, foi um ano com a menor liquidação, pouco mais de R\$ 600 mil. Nós obtivemos do prefeito Sebastião Melo o compromisso de usar-se efetivamente para a sua finalidade os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social obtidos em cada ano corrente. A série apresentada agora, mostrando o gasto na casa de R\$ 600 mil nos últimos anos, nos mostra que isso é um grande passo. Só para se ter uma ideia, neste ano de 2021 ingressaram até o mês de agosto R\$ 22.716.027,81 no fundo. Não podemos perder esses recursos, nada pior para o gestor e para a cidade do que ter recursos que

não são acessados para o atendimento das demandas, e mais, no caso da habitação são demandas dos que mais necessitam. Estamos falando aqui de simplificação, e parece que as bancadas do PT, do PSOL e do PCdoB não estão entendendo. Nós precisamos é de agilidade nas decisões do conselho gestor para que se possa cumprir o compromisso da Prefeitura na solução do problema, por exemplo: das 41 famílias da Ilha do Pavão, expulsas de casa pelo tráfico; precisamos de agilidade para que possamos oferecer alternativas como bônus-moradia para as famílias que vêm sofrendo há anos e esperando uma solução para os seus destinos por parte do Município; precisamos, sim, de simplificação, pois é o caso dos 650 núcleos familiares da Vila Liberdade, muitos desde 2013 em aluguel social em razão do incêndio que afetou o local; ou dos seus vizinhos da Casa de Passagem, levados para lá no início do século, para uma situação transitória com a qual convivem há quase mais de duas décadas e já há muito tempo convivem também com risco de incêndio em razão da péssima situação da rede elétrica; ou ainda os moradores da região da represa da Lomba do Sabão, da Vila dos Herdeiros, que clamam por alternativas diante da ameaça de um acidente no local e que tem sido tratado no âmbito do Município; ou ainda atender reivindicações justas como a do Mocambo, um ponto de resistência negra no centro de Porto Alegre, que precisa ser consolidado, mas parece que a oposição não sabe nada disso. Fora as demandas judiciais que se têm dia a dia, que seguidamente batem à porta do governo municipal pela incapacidade histórica do poder público em caminhar na direção de uma solução para a crise habitacional, ou das demandas oriundas do orçamento participativo e que também acorrem aos recursos insuficientes do fundo para fazer frente à importância desse problema. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, todos que participam desse dia de decisão da votação, precisamos aqui é debater, sim, mas com realidade, mais do que isso, precisamos dinâmica e eficiência na utilização dos fundos do recurso municipal. Visamos, sim, simplificar a ação. Hoje o conselho gestor é composto por nove membros e o projeto prevê que vá para seis membros, dando uma agilidade maior, ou seja, continua o conselho sendo participativo nessa parte da habitação, assim como é o Comathab. Enfim, nós não podemos aqui ficar trancando esse projeto. Eu quero pedir, encerrando aqui, Presidente, que nós, vereadores, tenhamos consciência de que a habitação é uma coisa séria, não é uma coisa ideológica e que nós temos que voltar "sim" nesse projeto para dar continuidade para que o governo e o secretário André possam fazer o seu dever de casa, que nós vamos cobrar. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde de segunda-feira. O governo municipal, ali no início da sua gestão, criou a reforma administrativa e criou o DEMHAB. Ao criar o DEMHAB, ele muda a

função do conselho deliberativo para consultivo, e a prova de que essa mudança não foi muito boa é que veio um outro projeto de lei agora, nobre Presidente, estamos discutindo, que reduz aquele número significativo de membros do conselho de 27, não são 9. Ver.^a Nádia, a senhora tem que prestar atenção. A senhora disse que nós não entendemos nada, nós entendemos é na representação. Tem que ter agilidade, mas tem que ter representatividade! E vou lhe dizer que tem 27: 9 que representam o governo, 9 que representam as entidades de classe e 9 que representam entidades comunitárias. Está aqui, então não são nove. O governo está propondo, segundo o governo, para agilizar algumas questões, que nesse caso é o recurso que está no fundo, de R\$ 22 milhões. Quem participou da audiência pública sabe, o André estava lá, o André dizia: “Eu tenho R\$ 20 milhões no fundo e não consigo usar esse dinheiro. Então estou propondo uma nova alternativa, que a Câmara vote um projeto de lei reduzindo o número de conselhos para ter facilidade de reuni-los”. O DEMHAB tem dificuldade de reunir os 27 conselheiros. Nesse aspecto, o que está acontecendo? O governo está propondo uma redução, mas ela não é proporcional, ela não é proporcional! Quando o governo diz que quer três do governo, do Executivo, de 9 para 3; quando o governo diz que quer, eleito pelos nobres representantes das entidades, de Comathab, de nove, um; e dos movimentos sociais, de 9 nove para 2, o governo está se contradizendo. O governo poderia apresentar aqui uma proporcionalidade de igual tamanho. Se ele quer três do governo – quer diminuir de nove para três –, se ele quer essa proporção igual, lá nas entidades de classe de nove para três, e nas entidades comunitárias de nove para três, nós teríamos nove conselheiros; mas o governo está propondo seis conselheiros, inclusive, o seguinte: se der empate, quem é que decide? O senhor sabe? Quem decide é o sétimo voto, o presidente do DEMHAB. Nunca, nunca, jamais as entidades aqui vão ter condições de constituir uma maioria e mudar essa lógica da decisão proferida, mas eu entendo que quando tem um recurso, ele tem que ter um conselho deliberativo e não consultivo, porque o conselho deliberativo ajuda, vamos dizer assim, a buscar esse dinheiro com maior agilidade ou utilizá-lo com maior rapidez, mas nunca podemos perder a representatividade, porque a representatividade vai dialogar com as regiões periféricas que mais vão precisar, estão precisando do DEMHAB, que é a habitação popular, que são programas importantes para que a secretaria faça uma discussão na cidade. Se vai fazer um empreendimento Minha Casa, Minha Vida ou outro programa criado pelo governo do Estado, ou pelo governo municipal, que possa ser executado com recursos do fundo e captado lá no governo federal. Infelizmente, somente este governo negacionismo, irresponsável, é que não botou dinheiro para os programas de habitação popular, nem para vacina botou, imagina se botaria para habitação popular, mas eu espero que logo, logo nós possamos recuperar a autoestima do cidadão, recuperar a autoestima dos governos municipais para poder investir na questão da habitação popular, porque nós sabemos que são muitos os cidadãos e as cidadãs que moram em área de risco, que moram e tem superlotação em comunidades lamentavelmente com uma densidade social muito delicada e que precisa sim ter a mão do Estado, do Município e da União. Então, nesse sentido, eu queria dizer que é bem-vinda a emenda do PSOL quando ela aumenta a representatividade da composição do

novo conselho, porque o que vale também no conselho é a representatividade, não só agilidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Vejam só, minhas amigas e amigos, mais uma vez o governo organizando sua patuscada sem o povo, é somente eles. Uns vêm aqui, debateram, “não, não vai diminuir, é só enxugar, ficar mais orgânico para avançar. Mas isso é o atestado de incompetência do governo, não conseguiram reunir nove pessoas, novas representações, não ter uma assessoria, levantar o telefone e ligar: vamos fazer reunião. É um atestado de incompetência do governo, se não consegue fazer com nove, mestre Oliboni, também não conseguirá com seis, porque lhe falta o conteúdo do debate, lhe falta a intenção do que fazer em habitação. Mas eu dou aqui um exemplo: consultem os Anais da história de Porto Alegre e verão o que o PT e a Frente Popular fizeram nesta cidade, sem recursos federais, sem recursos estaduais. Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont, João Verle fizeram mais de 40 mil entregas para a população sofrida, entre regularizações fundiárias e habitações de interesse social. Não adianta a Ver.^a Comandante Nádia vir aqui com seu discurso potoqueiro como ela fez, porque ela não conhece o caso das 41 famílias da Ilha do Pavão. Ela não conhece! Dizer que as famílias foram expulsas pelo tráfico, não, vereadora, não foi o tráfico, está nos autos do processo, a União não foi condenada, Michel Temer tirou eles de lá; o governador, seu, Sartori tirou eles de lá e o prefeito da época, que também era seu, tirou eles de lá. Foram condenados, União e Estado, a pagarem para que essas pessoas tenham as suas moradias de volta. E vem aqui dizer que foi o tráfico. O tráfico não está condenado a nada, até porque não está no processo, Sra. Vereadora, conheça o processo antes de falar aqui ou de trazer só verbos, frases ao vento, porque nós traremos a verdade, nós estudamos o problema, acompanhamos o problema e sabemos o problema da habitação na cidade, e o problema da habitação na cidade não vai se reduzir, não vai se resolver com menos participação. É preciso que mais e mais pessoas, Ver. Pedro Ruas, estejam participando. Se quiser fazer a sua patuscada, faça, mas chame o povo. Por que o medo do povo debater habitação? Por que o medo de todas as regiões terem representação? Por que não ampliar de nove para vinte; de nove para dezenove? O diálogo exige postura real de disposição de conversar com a população, é ela que paga as estruturas públicas. O Ver. Cassiá vem aqui dizer que a esquerda, a oposição, vocês querem protelar; não, o senhor que participou do governo Marchezan protelou quatro anos, o senhor ajudou a colocar quatro anos de atraso nesta cidade com seu vice-prefeito Paim que nada fazia, era de enfeite, não deixou ter política de habitação nesta cidade. Se no ano passado não teve participação, é incompetência do governo do qual o senhor fazia parte, e agora o senhor vem aqui dizer que nós queremos protelar. Vocês atrasaram quatro anos esta cidade, vocês, que participaram do governo anterior. Então

conosco não se metam de pato a ganso, porque nós sabemos o que são as políticas públicas desta cidade, nós sabemos o que é construir com o povo trabalhador. O PT fez, tem exemplo, nós sabemos a história da cidade e a cidade cobrará esse prejuízo para a democracia que vocês estão instalando, reduzindo o poder de um conselho, reduzindo o poder do povo decidir para onde vai o dinheiro da habitação. Até agora, eu pergunto, não apareceu ainda o programa de redução do déficit habitacional, Ver. Idenir Cecchim, desta cidade? O prefeito foi com o seu chapéu a Brasília buscar dinheiro, porque o Bolsonaro, que vocês tanto batem palma, reduziu o orçamento do Minha Casa, Minha Vida a 1,5%, ou seja, 98,5% a menos de recursos para habitação neste País. São a esses governos que vocês se coadunam trazendo o atraso para Porto Alegre. Porto Alegre avançou tanto nos governos anteriores, na Frente Popular, e vocês conseguem em quatro anos destruir tudo, e agora querem destruir mais ainda, sempre há o que destruir, mas nós resistiremos e diremos não, porque nós queremos democracia e o povo na ordem do dia.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. V. Exa. ficou devendo 20 segundos e o Ver. Aldacir Oliboni mais 30 segundos, então 50 segundos para a próxima liderança.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Presidente, eu quero, na forma regimental, por conta do horário, requerer a prorrogação da sessão por mais duas horas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Serei rigoroso no meu tempo, Presidente. Vereadores e vereadoras, público que nos assiste, o Ver. Cassiá Carpes diz que tem uma diferença, nós queremos prorrogar, empurrar com a barriga, não votar, não dá importância, não, vereador, nós vamos votar hoje. Entrou hoje o requerimento e nós vamos votar hoje, no mesmo dia, na mesma tarde, inclusive estamos pedindo a prorrogação da sessão. Aqui eu digo para o meu amigo Cassiá Carpes, que é meu amigo, meu consultor esportivo, que a Usina do Gasômetro está com problemas sérios desde 2017, cheio de tapume e o governo gastando horrores, e eu não vi, em nenhum momento, V. Exa. cobrar isso do governo. O governo gasta e gasta e está lá a Usina do Gasômetro e ninguém pode acessar, ninguém pode visitar, Ver. Oliboni, ninguém pode usufruir aquele patrimônio. E tem mais Termo Aditivo e mais gasto, isso é empurrar com barriga uma solução. Nós não estamos empurrando com a barriga, nós estamos discutindo, o projeto é importante. Discutir não é empurrar com a barriga, nós estamos

pedindo prorrogação para votar hoje, e pediremos tantas quantas forem necessárias para votar hoje. Falei para o secretário André Machado, queremos votar sim, mas nós queremos debater e temos emendas e temos um conjunto de inconformidades que precisam aparecer aqui, com razão. Há um dado, por exemplo, que trouxe o Ver. Roberto Robaina, que eu não tinha, e eu estudei o projeto, que este conselho foi formado em agosto deste ano. Mas, aí, não é possível, foi formado em agosto deste ano e como cobrar presença? Foi formado agora em agosto, Ver. Jonas Reis, nós estamos em final de setembro, e já estão cobrando a presença, Ver.^a Bruna, temos muito mais coisa para a gente cobrar. Tem muito mais ausências, tem muito mais esquecimento do que de agosto para setembro, eu dou o exemplo de novo da Usina do Gasômetro; são quatro anos que a Usina está fechada, cheia de tapume e Termo Aditivo e gasto e gasto no governo Marchezan e gasto no governo Melo, e a Usina com tapume e está fechada. E aí, e a cobrança disso e a pressa disso.

Esse projeto é importante, levanta uma discussão séria, este projeto que traz o governo municipal, mas ele não tem a nossa concordância. Nós não somos obrigados a concordar com este projeto, ele tem problemas, acabei de mostrar, se foi formado um conselho em agosto, como em setembro não se reúne nunca? Pergunto: chamaram as pessoas, convocaram, Ver.^a Daiana, alguma vez? Estranho que o que sai do projeto, dos nove conselheiros, são justamente três de representação popular, e pergunto: os três do governo compareceram nesse período? Então governo passa, Ver. Oliboni, de uma representação que é de um terço para metade, porque eram três em nove, agora são três em seis, pela metade, ou seja, para provar tudo com a cadeira permanente do Sinduscon. Mas, aí, tem problemas, como é que nós não vamos discutir isso, como que nós vamos aceitar isso? Não, não é assim, não funciona assim. A Câmara vai ter que se debruçar sobre isso, como está fazendo, e talvez tenha que ir adiante nesse sentido, tem que debater mais ainda, tem que, talvez, procurar outras instâncias, porque não é possível. Esse dinheiro é importante? Evidente que sim, nós queremos que esse dinheiro vá para a habitação popular, é claro, só que o governo não dá demonstração alguma de que isso vai acontecer, de que tem vontade que isso ocorra, nenhuma. Este projeto não é a demonstração, não é, com certeza não é. Nós encaminhamos, pela oposição, contrariamente a aprovação do projeto, contrariamente, porque ele não traz nenhuma participação popular, ele não avança em nada quanto ao uso dos recursos do Fundo de Habitação, pior, ele retira a participação popular dos mais interessados e isso nós não podemos admitir. Encaminhamos contra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais vereadores para discutir, está encerrada a discussão.

Em votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; vereadores e vereadoras, o que que nós estamos propondo é a participação efetiva das comunidades indígenas e quilombolas. Isso, Ver. Aldacir Oliboni, evidente que precisa ser levado em conta, como que vai existir um conselho gestor do Fundo de Habitação que desconsidere a luta histórica da comunidade quilombola, a luta histórica da comunidade indígena, ou seja, os povos tradicionais, os povos originários que tem, sim, uma necessidade urgente de delimitação, de conseguir as áreas da sua moradia. Justamente os povos que foram mais de atacados, furtados, assaltados ao longo desses 500 anos de País que nós temos. É uma situação muito dramática e eles não têm representação no Fundo, exatamente na gestão do Fundo que poderia lhes dar esses direitos. A Emenda nº 01 traz exatamente, Ver. Roberto Robaina, cumprimento V. Exa. pela iniciativa, essa possibilidade de fazer justiça, de buscarmos, através de emenda, uma representação, e vejam bem, vereadores e vereadoras, ainda nem é a destinação de área, ainda nem é uma reivindicação específica de localização, é muito anterior a isso, é meramente uma representação no Fundo Gestor, o Fundo Gestor de milhões e milhões e milhões de reais que vão para habitação. Nós não queremos que mais milhões de reais terminem em lá na Usina do Gasômetro, que não reabre nunca, nós queremos, sim, é que esses milhões e milhões de reais vão para a habitação de quem necessita e não para atender interesses do Sinduscon, não para atender interesse somente do governo, porque não se sabe quais são os compromissos do governo. Vejam bem, eu não estou dizendo que são ruins esses interesses, mas nós sabemos que os governos passam e as leis ficam, a legislação vai permanecer, Ver. Matheus Gomes, e o próximo governo qual será? Eu estou aqui considerando a existência do secretário André Machado, um homem sério, responsável, eu conheço o trabalho dele, nós conhecemos há muitos anos, eu tive a honra de ele ser o meu assessor nesta Câmara nos anos de 1980, conheço bem S. Exa., o secretário, mas depois dele quem virá? Nós temos que ter uma garantia legal, nós passamos, nós passamos, nós somos passageiros aqui, sempre, nos governos, nos parlamentos, mas outros virão e com quais intenções, Presidente Márcio Bins Ely. Eu gostaria que V. Exa. ficasse sempre de presidente, mas não está ao meu alcance, mas eu gostaria. Então como é que eu faço, como é que eu vou altero isso, Ver.^a Daiana, eu tenho que ter lei, legislação, Ver.^a Bruna, Presidente Municipal do PCdoB, nós temos que ter legislação e essa legislação precisa garantir a participação na decisão das comunidades quilombolas, das comunidades indígenas, precisa ter essa participação, precisa ter essa garantia, são eles e são elas os maiores interessados. A responsabilidade é nossa, aqui, da Câmara Municipal, que não é uma instância meramente homologatória nas vontades do Executivo, muito mais do que isso, é uma instância também de deliberação, de criação, de efetiva política em nome de quem mais precisa. Portanto, o nosso encaminhamento em relação à Emenda nº 01, cumprimentando o seu autor, é pela

aprovação da emenda, porque ela nos garante que o projeto aprovado pode continuar tendo uma participação popular na sua gestão e direção. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/21, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente, Ver. Márcio Bins Ely. Essa emenda, depois também vai falar a Ver.^a Karen Santos, é uma emenda formulada pela Frente Quilombola, uma emenda muito importante da elaboração da Frente e nós aqui, do PSOL, acolhemos essa elaboração. Ela diz respeito justamente ao que o Ver. Pedro Ruas mencionava sobre a importância de nós termos uma participação e essa participação é uma participação que envolve os povos e comunidades tradicionais com um tipo de legislação que está em linha com a legislação internacional, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho estabelece a garantia de que os povos tradicionais tenham que ter participação nas decisões públicas e esse é o sentido da incorporação, tanto de uma representação indígena quanto da representação quilombola. Então, eu creio que é muito básica a emenda que nós estamos apresentando para garantir, e podem ter certeza de uma coisa, vereadores e vereadoras, a gente entidades quilombolas, as entidades indígenas não vão perder, não vão deixar de ir em reunião, se são chamados, elas participam, o problema é que elas não são chamadas. Eu também quero deixar claro que essa ideia de que o conselho vem de antes, mas a última eleição foi em agosto. Essa foi a última eleição e a proposta de redução da participação que o governo faz é uma proposta que exclui a inteligência da cidade e ter a possibilidade de excluir, por exemplo, o Instituto de Arquitetos do Brasil e de privilegiar só órgãos do governo e privilegiar órgãos empresariais, é algo que realmente limita muito a capacidade desse conselho de fazer um gerenciamento dos seus fundos de tal forma que as prioridades sejam as prioridades de interesse público, do interesse popular. Para concluir, eu queria parabenizar o Ver. Jonas por repor a verdade, porque me espantou a intervenção da vice-líder do governo, quando mencionou, para fazer uma pressão sobre os vereadores não sei para que, que as 41 famílias da Ilha do Pavão necessitam agilidade, mas isso é um desrespeito com essas famílias, essas famílias estão lutando para ter agilidade, nós apoiamos essa luta, eu mesmo e o Ver. Jonas estivemos em várias reuniões com o Prefeito Sebastião Melo, tivemos na rua apoiando esse movimento, foram famílias que passaram frio, passaram necessidades, tiveram que ir para frente da Prefeitura, e até hoje ainda não resolveram, de modo definitivo, esses problemas, o valor do pagamento da indenização para a compra das casas está abaixo do que elas necessitam. Então, me surpreende que a vice-líder do governo trate de utilizar essas famílias para tentar defender este projeto. Eu fiquei satisfeito, Ver. Jonas, que tu tenhas repostado a verdade, porque era incrível. Eu até fiquei pensando, como eu conheço o processo e sei que a justiça condenou a União,

o Estado e Município em relação ao despejo ilegal dessas famílias, quando a Ver.^a Nádia falou que elas haviam sido expulsas pelo tráfico, mas o que é isso, a Ver.^a Nádia está falando algo que a gente não sabe, o governo teve alguma relação com traficantes para expulsar essas famílias? Não fazia nenhum sentido essa fala da vereadora. E o Ver. Jonas, felizmente, repôs a verdade e diz que não, não tem nada a ver com o tráfico, eu não sei o que Ver.^a Nádia está falando, mas, sim, tem a ver com responsabilidade do governo, agora onde teve tráfico nisso, eu não sei. Eu sei que os governos Municipal, Estadual e a União tiveram que pagar, porque elas fizeram um despejo ilegal dessas famílias na Ilha do Pavão. Então, nós temos responsabilidade com a política habitacional da cidade e queremos que a política habitacional da cidade seja controlada pela população, por isso a proposta básica de participação da representação dos quilombolas e da representação dos indígenas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Laura Sito assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa noite a todos e a todas. Dando sequência à defesa dessa emenda já feita pelos vereadores Roberto Robaina e Pedro Ruas, é importante colocar que foi uma emenda construída juntamente com os quilombolas de Porto Alegre. Porto Alegre se destaca como sendo a capital do Brasil com maior quantidade de territórios em processo de regulamentação e também de retomadas indígenas nesses 11, hoje, territórios que se autodeclararam quilombolas e 10 retomadas indígenas do nosso Município. É de extrema importância que o Município de Porto Alegre reconheça a existência desses povos, sobretudo os direitos a que esses povos têm acesso – e aí não é somente a participação no Conselho de Habitação, mas também a necessidade de inclui-los no Conselho de Saúde, no Conselho de Educação, no Conselho de Assistência Social. Isso diz respeito ao reconhecimento do Brasil, que assina a Convenção nº 169 da OIT; também esses direitos são preceitos estabelecidos na Carta Magna, que coloca a contribuição de outros povos, não somente a colonização portuguesa, espanhola, holandesa, japonesa, mas de diversas etnias indígenas, bem como dos povos bantos, nagôs, iorubas, que para cá vieram, num processo de colonização e escravização. Ou seja, a inclusão desses povos e dessas representações que falam por si não pode ser substituída por representações de outras etnias e de outras cosmovisões, é fundamental para garantia e a manutenção desses direitos conquistados, previstos na Carta Magna, presente hoje dentro dos territórios, na forma da práxis cotidiana de luta e de reivindicação. Eles nos remeteram à construção dessa emenda, eles exigem a participação dentro desse espaço de liberação. O poder público da cidade desconhece a existência dos quilombos; autoridades já se manifestaram, em audiências públicas, desconhecendo a existência do Quilombo da Família Lemos, em frente ao

Beira-Rio, do Quilombo da Família Machado, ao lado do Big da Sertório, do Quilombo da Família Ouro, na parada quatro da Lomba do Pinheiro, enfim, desconhecem, e é inviável pensarmos planos de reestruturação urbana que violem os direitos colocados, da necessidade da consulta prévia e de boa-fé a esses povos. Isso vem sendo uma prática de sucessivos governos da gestão municipal, e nós oficialmente queremos debater a existência desses povos na capital gaúcha, capital que se destaca por esse processo quantitativo de autodeclarações e de processos já bastante avançados de titulação. Lembrando também que Porto Alegre foi a primeira capital do Brasil a ter um quilombo urbano titulado. Então, temos um legado de luta, temos uma história a ser contada, e é importante que a gestão Sebastião Melo reconheça os direitos dos povos originários; com isso, inclua-os dentro dos espaços deliberativos e consultivos que existem hoje na promoção e execução das políticas públicas da nossa capital.

Nós estamos reivindicando isso nesse momento, assim como reivindicamos, há quatro meses, a inclusão também dos povos dentro do protocolo de vacinação contra a covid-19; tivemos que entrar na justiça para fazer reconhecer esse direito de os povos serem vacinados, porque é um dever do Estado brasileiro resguardar e preservar essas memórias, essas práticas, essas cosmovisões. Então aqui, falando um pouco do óbvio, é importante, sim, incluir essas representações. A gente pede, faz esse apelo à base do governo, que reconheça a existência, a contribuição dos povos indígenas e quilombolas em Porto Alegre, também na elaboração de política de habitação e regularização fundiária. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Primeiramente, queria cumprimentar a autoria dessa emenda – parabéns pela proposição. Essa proposição vem ajudar a reduzir os danos que o governo quer criar nas discussões que essa cidade precisa fazer sobre habitação. Está faltando responsabilidade do governo Melo. Eu fico perguntando, questiono muitas vezes, será mesmo que elegemos um prefeito ou elegemos um assessor para o vice-prefeito? Na urna não estava escrito isso, mas é o que parece – todos os movimentos. Os neoliberais não gostam de democracia, não gostam de participação, têm ojeriza ao povo, por isso eles querem menos povo. E esse projeto aparece aqui para que, cada vez menos, as comunidades sejam ouvidas – é a cara do vice-prefeito. Será que o prefeito abdicou do seu cargo e virou uma monarquia, como aquela que existe na Inglaterra, que só representa publicamente, mas de fato não decide, não constrói? Não é fácil, Ver. Pedro Ruas, eu acho que, para um político abdicar de toda sua história e abraçar uma outra que não é a sua... É assim que percebo o governo do Melo. Não é aquele Melo, vice-prefeito de outrora, não é o Melo deputado, é o Melo que vestiu o jaleco dos democratas, o jaleco do partido NOVO, o jaleco do PSDB, abandonou o legado do Pedro Simon, abandonou – não quer saber. Ele diz que é lá

dessa turma, mas de fato não é, de fato ele é da turma da Yeda, ele é da turma do Camozzato, do Marcel van Hattem, que são da turma antipovo. Por isso não querem a participação do povo, eles não gostam do povo. O povo é só para votar: de quatro em quatro anos, vamos conversar com o povo. O povo, depois disso, que se lasque! Tinha até um personagem que dizia assim, personagem pitoresco da história humorista brasileira: "E o povo, e o povo? Que se lasque!" E é isso que estão fazendo hoje com esse projeto. Povo, para que povo? Uns até dizem: o que que é isso, povo? Porque não saem dos seus gabinetes, não saem das suas secretarias, não vão onde está a demanda real do povo sofrido desta cidade, que está pagando, Ver. Pedro Ruas, R\$ 120,00 por um botijão de gás no bairro Humaitá, R\$ 125,00 na Lomba do Pinheiro. E eles vêm para cá para esse povo não poder ter a sua voz na política de habitação, e já não têm a voz na política de consumo, compra e venda de produtos. Esse povo não decide, esse povo não ajuda a regular – o mercado é livre, como eles dizem – tem que pagar o preço que os empresários cobram. E agora pagarão o preço também de uma política antipovo, ou seja, não poderão decidir sobre o dinheiro para habitação de interesse social. O que adianta então ter criado uma Secretaria de Habitação, se não querem conversar com a cidadania? Quem paga o salário do prefeito? Quem paga o salário do secretário? Quem paga o salário dos vereadores? É a população; é 1,5 milhão de habitantes, que agora vão ter sua participação reduzida. E Porto Alegre tem 26% de população negra, 26%! E esta população negra não está reconhecida aqui. Os povos originários – isso aqui foi invadido pelos europeus há mais de 200 anos, e os povos originários não estão neste documento, não são reconhecidos. Eles são os donos legítimos; não somos nós. Nós somos a geração miscigenada que veio depois.

Estamos aqui, nós da esquerda, tentando estancar a sangria do capital; o capital dá estocadas toda hora no povo trabalhador, tira a dignidade, tira o direito, em todas as instâncias. Déficit de 5 mil vagas em educação infantil no Município – não vem projeto para discutir isso aqui, vem projeto para tirar a participação no Conselho de Habitação. Nós temos aí a fila do SUS enorme para cirurgias de toda ordem, e o prefeito não anuncia novos leitos, novas contratualizações, e tem dinheiro. Ver. Oliboni, eles ampliaram, de 8 para R\$ 16 milhões o gasto com Atenção Básica, mas aumentou um médico, um enfermeiro, um técnico? É o mesmo número, é a mesma quantidade de atendimentos. Cadê o povo na Ordem do Dia? Cadê, Porto Alegre? Eu só vejo falar em abono para empresário, dinheiro para os empresários de ônibus que estão mal, um dinheirinho aqui para o IPTU, um dinheirinho lá, mas e o povo, e a habitação? Secretário André Machado, cadê o projeto, o programa? Quantas habitações de interesse social seu governo, o governo Melo, vai entregar neste ano? Nenhuma! É um ano perdido. O Prefeito ganhou para quatro anos – 25% do tempo perdido, gasto público indevido, é indevido, porque não gera política pública, então é indevido, malgasto, mal-empregado, é má gestão, é incompetência! Na minha opinião, seria até improbidade administrativa um governo existir por um ano e não fazer nada para o povo – chove, chove, alagam as residências em todos os lados. Pena que a legislação não coloca incompetência na política como improbidade administrativa para já fazer a limpeza. Então, parece, para concluir, vereadora, que o governo erra a mão novamente,

detonou os cobradores, vendeu a Carris, atacou a Procempa, não paga o que deve aos municipais, e o povo abandonado na Restinga, no Lami, no Belém, no Sarandi, na Lomba do Pinheiro, não tem ônibus para ninguém. E aí a solução do governo é a tarde inteira de segunda-feira, até altas horas da noite, discutir, tirar três vagas no Conselho de Habitação. Inconsequentes, vocês são inconsequentes, ocupando essa cadeira indevidamente na Prefeitura. Isso é vergonhoso, e nós não vamos compactuar! Por isso somos a favor dessa emenda, vamos, pelo menos, reduzir os danos. Obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa noite, Ver.^a Laura, mais uma vez presidindo os trabalhos desta Casa, muita alegria em vê-la novamente nesse espaço que deveria já ser nosso. Subo a esta tribuna para fazer o debate, referente a esta emenda, de forma muito sucinta. Acho que o debate foi muito bem exposto anteriormente, mas, para que a gente possa ter um pouco mais de compreensão do que traz aqui indígenas e quilombolas, para participação efetiva nesse conselho, olhar para esse momento. Estava aqui ouvindo muito atenta o Ver. Jonas, que me antecedeu, trazendo essa estrutura no que tange aos problemas que são estruturados nesse Município e que nesta Casa têm um reflexo muito, mas muito violento, daqueles que não querem fazer uma leitura de compreensão da realidade, com base no que nós definitivamente precisamos debater.

Eu, em nome do PCdoB, subo a esta tribuna para fazer essa defesa, pois nós somos aqueles e aquelas que estão nas ruas olhando a necessidade, vendo as ocupações como forma efetiva de ter um teto, para aqueles que estão sendo atingidos por essa política que não pensa nessa relação direta da construção socioeconômica, que vem afetando os nossos, e os nossos são os mais vulnerabilizados por toda essa desestrutura da falta, da ausência, da negligência das políticas públicas que, definitivamente, mais uma vez ressalto, não são efetivas. Eu ando, sim, pelas ocupações, Ver.^a Laura, hoje inclusive estive, de forma muito feliz, participando do processo da cozinha comunitária, que é um dos bons exemplos. Estive lá para levar o apoio, mas principalmente para olhar de perto o que impacta na vida da população, essa política que não pensa e que não é proposta para aqueles que mais necessitam, e fazendo uma relação direta a essa conjuntura que aponta para soluções, mas que não chama o povo para participar.

Então, fazer essa defesa é trazer para esse grande rol de debates, trazer, sim, os indígenas, trazer os quilombolas. E acho que a gente não pode passar aqui despercebido, sem falar que, de todos os indicadores que nós falamos aqui, desde a alimentação, da segurança alimentar, da soberania alimentar, do direito à habitação, do direito à cidade. Ver. Jonas, as pessoas não têm direito à cidade porque não conseguem, porque não dá a sobrevivência em um espaço como Porto Alegre. E de novo, a gente sempre traz isso, parece repetitivo, mas é a cesta básica mais cara do País; tudo isso fala

da qualidade de vida, tudo isso fala de dignidade de um povo sofrido. Então, quando a gente olha essa organização, quando a gente contextualiza isso, percebe as prioridades, que não é o povo, que não é a participação, que não é dar a voz e a vez para aqueles que são mais afetados.

Para finalizar, Ver. Jonas, para ser complementar mesmo ao que tu disseste aqui, quem promove o caos quer nos vender a solução. Então, fiquemos atentos a isso, porque nós não vamos pactuar com essa relação de extremo desfavorecimento, que beira à covardia. Sim, é necessário que o povo, a Casa do Povo, Ver. Pedro Ruas, participe. Então, sustentamos essa condição como parte fundamental desse processo. Indígenas e quilombolas, os povos originários, os verdadeiros donos dessa terra e que tanto já vêm sofrendo, atacados por toda a estrutura que é programada para que, de fato, isso venha a impactar e colocá-los, cada vez mais distantes de políticas públicas e dignidade. Nós não compactuamos com isso, nós nos colocamos sempre muito atentos e muito ativos, porque a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual precisa, necessariamente, passar pela participação popular de todos e todas! Finalizo.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Daiana.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo) – às 19h19min: (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 01 ao PLCE nº 010/21.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Por reconhecer os direitos dos povos indígenas e quilombolas e a presença deles na cidade de Porto Alegre, votei “sim”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLCE nº 010/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver. Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, nós temos uma situação, neste momento, que nos impõe um posicionamento. É claro que conhecemos a correlação de forças do plenário, mesmo sendo um plenário onde, aos poucos, houve esvaziamento da parte presencial durante a tarde, nós vemos agora a grande maioria da oposição no plenário, mas nós sabemos o que representa nesta Casa, aqui, como gosta de dizer o nosso líder do PSOL, o Ver. Roberto Robaina, a correlação de forças do plenário, e ela é desfavorável ao povo de Porto Alegre – bastante! Mas eu quero deixar marcada, registrada a posição que nós temos em relação a este projeto, Ver. Márcio Bins Ely, neste encaminhamento pela oposição.

O projeto é pensado por uma pessoa que tem a melhor das intenções, que é o secretário André Machado, mas ele chega nesta Casa de maneira atravessada, Ver. Oliboni, porque ele vem de fora do colégio de líderes de priorização, numa situação anômala, chega hoje numa situação anômala, como acontece muitas vezes conosco aqui. Por outro lado, ele exclui uma participação popular importante. Volto ao Ver. Robaina para dizer o seguinte: ele nos traz um dado extraordinário, esse conselho foi eleito no dia 11 de agosto, nós estamos em setembro. Então, que queixa é essa que não se reúne? Aliás, os três do governo foram na reunião? Eu acho que não, então tem que demitir os três do governo. Nós pedimos a Emenda nº 01, que foi rejeitada, a representação dos povos originários, dos povos tradicionais. Nós pedimos a representação de indígenas e quilombolas, mas isso é o mínimo que teria que ter – o mínimo! Os povos invadidos, os povos escravizados, essa era representação que teria que haver, e nós pedimos, tentamos e lutamos por ela. E agora nós somos compelidos a votar o projeto, e votaremos contra o projeto! Sabemos o que é a questão matemática e numérica. Sabemos que esse projeto sequer foi debatido ou estudado concretamente, mas sabemos que temos que cumprir o nosso papel histórico, porque há mais pessoas observando e verificando isso, e mais do que as pessoas, a história, onde nós buscamos, sim, que houvesse um lugar de participação nas decisões para quem é atingido por elas. Nós buscamos que houvesse espaço decisório para quem sofre a política do governo Melo, a política do governo municipal, e esse espaço não é conquistado. Sabemos também que, quando morar é um privilégio, ocupar é um direito. O que o governo faz ao impedir, ao limitar, ou a não promover a política habitacional? Lamentavelmente, é incentivar cada vez mais a única forma concreta, o único projeto neste País que deu certo para moradia popular, que é a ocupação. Eu contava, para as vereadoras Bruna e Daiana, para o Ver. Giovanni também, o casode Cachoeirinha, Ver. Oliboni, onde o bairro Parque da Matriz, um bairro com 25 mil pessoas, o bairro nobre de Cachoeirinha,

o que ele é? Fruto de uma ocupação, uma ocupação da área da Finab, na época eram 5 mil famílias, hoje são 25 mil, tudo arborizado, com pronto-socorro, com ônibus na porta, com escola, policiamento – fruto de uma ocupação, aqui ao lado, Parque da Matriz!

Então é muito importante que nós tenhamos clareza, Ver. Márcio Bins Ely, do nosso papel nesta noite. Nós estamos marcando uma posição que será observada pela história, pelas gerações futuras. Nós, da oposição, lutamos para que os quilombolas, lutamos para que os indígenas, Ver. Jonas, tivessem representação no conselho gestor da política que eles sofrerão – eles sofrerão, nós sabemos disso –, mas nós fizemos a nossa parte. Votar contra a este projeto hoje é um ato de cidadania e de respeito à história. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 010/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Muitas vezes, este debate extenso, aqui na Câmara, é colocado como se a oposição não tivesse vontade de encaminhar, não tivesse compromisso com a coisa pública, com a gestão, mas, de fato, nós temos aqui uma questão, primeiro de tudo, de método. Não é que nós questionemos a intencionalidade do secretário, pelo contrário, compreendemos inclusive o seu esforço em vários momentos aqui com vários da oposição, num diálogo muito franco, muito correto, muito intenso com a Secretaria de Habitação, mas, de fato, nós questionamos o método com que isso chega a esta Casa, em que não é permitido uma reflexão, uma apropriação e um debate mais qualificado em relação ao tema. Por mais que alguns vereadores e vereadoras tenham vindo aqui dizer que era apenas uma mudança simples, uma mudança na correlação de forças num conselho gestor de um Fundo Municipal de Habitação, não é um tema simples por si só. E quando muda a correlação de forças, dando para o governo – um governo que inclusive tem um alinhamento, uma visão liberal sobre a política habitacional na cidade, de forma muito clara e legítima, já que venceu as eleições com essa visão – uma proporcionalidade na discussão e gestão do fundo diferente daquela aprovada para como o conselho deveria funcionar, e usa como justificativa a condição pouco funcional do conselho... Bom, se é uma condição pouco funcional do conselho, com o qual somos solidários, nós temos que pensar em mecanismos de garantir a funcionalidade e a efetividade desse conselho que tem milhões de reais para gerir e que tem que corresponder a um déficit habitacional significativo na cidade de Porto Alegre, no momento em que nós vamos fazer um debate profundo em relação ao Plano Diretor da cidade. Não é por acaso que recebemos, inclusive, o prefeito hoje aqui para trazer o debate do Plano Diretor do Centro Histórico de Porto Alegre. Portanto, nós temos um debate a ser feito sobre a cidade, o seu desenvolvimento em relação à política habitacional, profundo a ser feito. E alterar a correlação do conselho que vai gestar as finanças sobre isso é, portanto, uma

coisa grave, é uma coisa significativa, é uma coisa profunda. E os vereadores apenas acreditarem que nós vamos debater ou votar uma mudança dessas sem discussão, apenas a partir da orientação do WhatsApp, para nós, é a comprovação de que querem transformar este espaço, que é vocacionado para ser um espaço de discussão, de debate, de construção de sínteses, apenas como um espaço homologatório do governo. Digo mais: caso o secretário André, caso o prefeito ou sua articulação política acreditassem que nós devêssemos apenas ser telegráficos, no mínimo, poderiam ter – não é, Ver. OLiboni? – nos consultados, nos ligado pela manhã, dizendo: “Ver. Oliboni, tudo bom? Quero dizer o seguinte: nós pretendemos votar tal questão, por isso, por isso e por isso”. Nenhuma ligação no turno inverso da sessão nós recebemos. Nós ficamos aqui como bobos, observando alguma movimentação no plenário: “Fulano está aqui, sicrano está acolá, há uma movimentação aqui”. Veja bem, em momento algum, nós, da oposição, nos colocamos num método de interditar qualquer discussão nesta Casa, primeiro, porque não temos correlação de forças para isso, gostaríamos, talvez, se tivéssemos – não é, Ver. Pedro? –, faríamos, mas nós não temos. Nós nos colocamos sempre como um espaço do diálogo, defendendo o programa pelo qual fomos eleitos para estar representando o setor social que nos colocou aqui para representá-lo. Portanto, é inadmissível para nós que o governo aja dessa forma, sempre trazendo debates por requerimento, nunca agindo de forma franca com agenda posta, porque isso, primeiro, corrói a democracia, segundo, quebra a vocação deste ambiente parlamentar, e, terceiro, é autoritário. Portanto, primeiro, nós, do Partido dos Trabalhadores, votaremos contra o mérito, segundo, votaremos contra o método. Para nós, não foi apresentada, nesta tarde, nenhuma justificativa que embasasse, de fato, o porquê de alterar a correlação do conselho gestor do fundo. Não ouvi aqui do Ver. Cassiá, nem da Ver.^a Lourdes, que aqui estiveram defendendo o governo, tão pouco da Ver.^a Nádia, que conseguisse aqui dizer o porquê que nós deveríamos alterar a correlação do conselho gestor, qual seria a funcionalidade disso, o que alteraria, pelo contrário, a gente só vê aqui a participação popular colocada de forma marginal, como se ela não fosse importante. E mais: nós temos um conselho gestor de nove, iremos para um conselho gestor de seis, o número que é par inclusive. Quero compreender qual é a correlação de forças desenhada pelo governo. Quem vai estar representando as entidades de classe? Quem vai ser? Então, nós temos aqui colocado um desenho que ele demonstra bem qual é a visão do governo em relação à participação popular, qual a relação do governo com a garantia do debate público na cidade. E nós aqui queremos vocalizar, para concluir, a ação dos movimentos populares da cidade que fazem debate sobre a função social dos terrenos e imóveis que têm as ocupações. Nós queremos fazer um debate sério, somos compromissados e sérios em fazer o debate, não queremos cair nessas provocações rasteiras, mas para isso é preciso ter o espaço democrático de debate, e ele infelizmente não está garantido. Por isso, nós votaremos contra o projeto aqui colocado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 010/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Pois bem, nós, do PSOL, vamos votar contra este projeto, porque é uma ação que restringe a participação democrática num tema estratégico para cidade de Porto Alegre, que é a habitação, especialmente quando nós estamos falando do fundo municipal que gere os investimentos tão necessários para redução do déficit habitacional, para regularização fundiária. Nós estamos hoje diante de um retrocesso democrático na nossa cidade, e vamos denunciar esse projeto caso ele venha ser aprovado, porque, nesse contexto que o nosso País vive, de um intenso perigo às liberdades democráticas em todas as esferas, qualquer ação que reduza a participação popular em decisões do dia a dia, do cotidiano da nossa cidade, na formulação de políticas públicas, na possibilidade de intervir sobre a condução dos direitos sociais é muito ruim para o funcionamento da nossa democracia – muito ruim!

São vários os conselhos que neste momento vivenciam um processo de enfraquecimento. O Conselho Municipal de Saúde em meio a elaboração das políticas para o combate a pandemia não foi ouvido como deveria, e vários trabalhadores e trabalhadoras fizeram reclamações de diferentes formas, levaram esse tema à imprensa. Nós estamos diante, Ver. Pedro Ruas, Ver.^a Bruna, eu não sei se V. Exas. já sabem, mas foi apresentado um projeto pela Prefeitura de Porto Alegre para renovar a discussão da assistência à população de rua, que não passou pelo Conselho Municipal de Assistência Social, não foi discutido por esse conselho, quando a prerrogativa dele é pensar a política de assistência no Município, mas ele não é ouvido para pensar política de assistência na cidade. Eu poderia dar vários outros exemplos de como a Prefeitura de Porto Alegre não quer a discussão ampla, democrática. A democracia é, sim, um exercício cansativo, exige processos, exige construção, estabelecimentos de espaços que permitam que as discussões fluam, aconteçam. Isso é muito saudável porque instiga a possibilidade dos segmentos que estão excluídos do poder político e econômico na nossa sociedade expressarem sua opinião, e esses vão ser os principais atacados, se a gente restringir nesse momento a possibilidade das entidades do movimento popular de luta pela habitação de participar desse conselho, esses que sempre foram os principais agentes na definição da política pública de habitação na nossa cidade – essa é a grande verdade! As ocupações que aconteceram, ao longo das últimas décadas, há um processo de exclusão social e histórico na cidade de Porto Alegre quando o assunto é territórios – histórico! Nós retrocedemos de uma cidade em que a população negra ocupava a região central na área da antiga ilha, da antiga colônia africana, onde hoje são os terrenos mais valorizados da cidade para uma situação onde, dos 94 bairros de Porto Alegre, nós temos 50% da população negra concentrada em apenas cinco desses bairros, isso é um verdadeiro *apartheid* sociorracial na cidade de Porto Alegre, e esta Casa não reflete sobre essa situação, não vê a importância de incluir indígenas que tem as suas retomadas na cidade de Porto Alegre desrespeitadas neste momento pela Prefeitura da nossa cidade. Nós chegamos ao absurdo do prefeito Sebastião Melo, na audiência

pública, discutir a situação do Arado e dizer que os indígenas, que ocupam um espaço que é seu por direito, pela história da nossa cidade, estão sendo trazidos de outro estado, um desrespeito com a nossa população, com os povos originários. Nós temos aqui um reconhecimento internacional dos territórios quilombolas, reconhecido pela OIT, pela ONU. O Brasil sabe que Porto Alegre teve o primeiro quilombo urbano titulado, onde hoje também é o metro quadrado mais caro da cidade de Porto Alegre, quilombo da família Silva, que a poucos metros dali, há a situação do quilombo da família Keddy, Vila Keddy, ameaçado também pela especulação imobiliária. São situações que revelam a importância da participação popular, o protagonismo das comunidades de periferia, das comunidades negras nessa discussão.

Agora a Prefeitura, ao colocar esse projeto sendo votado dessa forma, está mostrando, mais uma vez, que tem lado nessa discussão, e não é o da população que sofre com déficit habitacional; é o lado da especulação imobiliária, das grandes construtoras, que estão aí fazendo as suas diferentes formas de pressão para que não haja possibilidade de discussão democrática e para que não haja a resolução desse problema tão fundamental para a população trabalhadora da nossa cidade. Se essa for a escolha de vocês, podem ter certeza que a escolha das nossas comunidades vai ser fortalecer a sua luta, as ocupações, a resistência popular pela habitação na nossa cidade. Por isso que o PSOL vota “não” a esse projeto que restringe a participação popular no conselho que gere o fundo de habitação da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE n° 010/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde colegas, mais uma vez venho me manifestar sobre um projeto importante para cidade. Primeiro, acho que a gente precisa fazer uma reflexão, acho que alguns colegas desconhecem a função do Legislativo municipal, porque atacam a atividade do vereador. Eu acho que alguns vereadores acham que só a base do governo pode reivindicar, pode identificar os problemas e levar até o prefeito. Eles acham que o prefeito da cidade deve estar somente a serviço da base do governo, Ver. Cecchim, só que não.

Os vereadores, tanto da oposição como da base, foram eleitos pela cidade, portanto, representam uma parcela dos cidadãos e cidadãs de Porto Alegre. Uma parte dos vereadores que vêm aqui e que dizem que depois os vereadores da oposição estão lá visitando o prefeito, estão visitando o DEMHAB... Ora, estão cumprindo o seu papel! Ou alguns vereadores desconhecem o que é o papel do vereador? Nós não deixaremos de sinalizar para o prefeito quais são os problemas da cidade, porque, afinal de contas, eu queria estar discutindo aqui o que é a obra da Tronco, o que é aquela vergonha! E eu estou falando de algo que eu conheço, eu fui removida por aquela obra. Uma obra que começou em 2007, iniciou em 2010, mas até hoje não se encontra concluída. A gente falou aqui do Centro Histórico. Que bacana andar num Centro bonito, que bacana andar

no Centro revitalizado! Porém que contradição, porque o Centro da cidade é a prioridade do governo, mas e a periferia da cidade? Afinal de contas eu vi vereadores aqui – a Ver^a Comandante Nádia, como ela não tem problema de nos citar, eu também não tenho problema de citá-la –, a vereadora fala de uma organização de negros e negras, mas que é o que ela mais ataca! Ela ataca de forma frontal uma pauta que a cidade elegeu como prioritária e que, como estratégia, nessas horas de embate, de discutir projetos importantes, muda o discurso. Isso é oportunismo político, é algo que a gente deve repudiar, porque confunde quem está nos acompanhando pela TVCâmara, porque a Ver^a Comandante Nádia representa uma parcela que não são as comunidades da cidade. Isso é importante ressaltar aqui, porque toda vez que nós temos a oportunidade de falar de projeto social, de enfrentar a fome, de enfrentar a desigualdade, de fortalecer a educação, vota contrariamente, vota contrária aos projetos.

Então, sério, a gente precisa discutir esses projetos com mais seriedade. É importante fortalecer a Secretaria de Habitação. É claro que é importante e isso está na contramão do projeto, porque reduzir a participação popular quer dizer enfraquecer esse que deveria ser um instrumento popular de organização, um instrumento de diálogo com o Executivo municipal. Por isso é importante a gente não se calar. Por isso é importante dialogar com quem nos acompanha a partir da TVCâmara. Por isso é importante que a oposição se levante sempre que um projeto afronte a democracia, afronte a participação popular. Eu acho que a gente, primeiro, precisa entender que a tarefa dos vereadores e das vereadoras que são eleitos na cidade é fiscalizar o Executivo e apontar onde estão os problemas. E isso envolve, sim, levar as demandas até o prefeito, envolve, sim, ir até o DEMHAB, ir até os CRIPs das regiões, ir até os CRASs, visitar os postos de saúde, visitar as escolas, afinal de contas muitos vereadores são mais antigos do que eu, e parte da minha militância, enquanto liderança do movimento social, foi auxiliando nesse processo, e não faria diferente agora. Por isso é importante que nos manifestemos contrários a esse projeto que reduz, sim, a participação popular, porque nós precisamos falar do fortalecimento dessas organizações, do fortalecimento da organização popular, que é um dos símbolos desta cidade.

Portanto, Presidente, eu acho que nós deveríamos estar dedicados aqui a pensar o planejamento da cidade a partir de uma ótica que fortaleça os projetos sociais, que fortaleça projetos, como a revitalização do Centro Histórico, mas que não deixe de pensar no conjunto da cidade. Nós não podemos ter uma cidade para quem circula no Centro e uma cidade para quem sequer tem o dinheiro da passagem para pegar o ônibus, porque é isso que de fato a gente faz. A gente faz com que o Centro da cidade seja um centro onde a burguesia circula, onde é muito bonito, em compensação, na periferia da cidade. o esgoto continua a céu aberto, as escolas continuam inundadas e de portas fechadas. Que cidade é esta que privilegia uns e exclui outros?

Nós votaremos contrários, nos manifestamos contrariamente, e toda vez que nós identificarmos que um projeto não foi bem discutido, sim, nós faremos dele um centro de debate. É preciso que se entenda isso, afinal de contas essa é a tarefa da oposição que a cidade elegeu. A cidade nos elegeu, não foi favor de nenhum vereador nem de uma vereadora desta Casa. Foi a cidade que elegeu uma base de oposição que

fizesse frente aos projetos que a cidade enxerga como projetos que enfraqueçam a participação popular, democrática, enfim. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE n° 010/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro provado o PLCE n° 010/21.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Presidente, votei "sim", por tudo que vi hoje, as famílias da Vila dos Herdeiros, será uma grande oportunidade de agilizar o remanejamento das famílias muitas vezes.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego Ofício s/n°, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, encaminhando o PLCE n° 023/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Emenda n° 01 ao PLL n° 007/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito formação de um bloco de votação composto pelo PLL n° 110/20 e PLL n° 007/19, com votação simbólica.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, quero dizer que a oposição apoia a proposta do Ver. Idenir Cecchim.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sugiro que ambos sejam votados simbolicamente. Em discussão o PLL n° 110/20. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0011/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 007/19, de autoria do Ver. José Freitas, que assegura a inserção de mensagens de incentivo à doação de sangue e à doação de órgãos em faturas e demais correspondências emitidas pelas concessionárias de serviços públicos municipais, de direito público ou privado, destinados ao consumidor ou ao usuário no Município de Porto Alegre. (SEI 118.00182/2021-25)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Hamilton Sossmeier: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Cláudia Araújo: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas;
- com Emenda nº 02, do Ver. José Freitas (líder da Bancada do REP);
- adiada a discussão por uma Sessão em 23-08-21;
- incluído na Ordem do Dia em 11-08-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão PLL nº 007/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 007/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 007/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 20h06min)

* * * * *